

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2016/2017



TII

**ENTRE A AUSÊNCIA DE PAZ E DE CONFLITO:
PERSPECTIVAS SECURITÁRIAS SOBRE O ENCLAVE DE CABINDA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Paulo Afonso Junjuvili Bastos

Maj Inf



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**ENTRE A AUSENCIA DE PAZ E DE CONFLITO:
PERSPECTIVAS SECURITARIAS SOBRE O ENCLAVE DE CABINDA**

MAJ INF, Paulo Afonso Junjuvili Bastos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2017



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**ENTRE A AUSENCIA DE PAZ E DE CONFLITO:
PERSPECTIVAS SECURITARIAS SOBRE O ENCLAVE DE CABINDA**

MAJ INF, Paulo Afonso Junjuvili Bastos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: Maj Art Pedro Alexandre Bretes Amador

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Anti plágio

Eu, **Paulo Afonso Junjuvili Bastos**, declaro por minha honra que o documento intitulado **“Entre a ausência de Paz e de Conflito: Perspetivas securitárias sobre o Enclave de Cabinda”** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **19 de junho de 2017**

Paulo Afonso Junjuvili Bastos
Assinatura



Agradecimentos

A elaboração de um trabalho de investigação com sensibilidade política, pressupõe um conjunto de informação dispersa e por vezes de natureza sensível, que nem todos os interlocutores se encontram disponíveis a partilhar, por restrições de ordem diversa, quer políticas ou de procedimentos internos que infelizmente ainda se observa nos sistemas de países Africanos.

É neste sentido, que deixo um agradecimento a todos quantos contribuíram para o resultado final, em especial os colegas do curso, na pessoa do Maj.Inf- Rafael Lopes, que no âmbito das suas atividades escolares em diversas ocasiões, prestou-me apoio informático e metodológico. Sempre que precisasse demonstrou total disponibilidade.

Ao meu Diretor de Curso, Coronel António Pinto, pelos conselhos, ao meu Tutor Comandante, Santos Gonçalves pelo apoio desde primeiro dia que cheguei.

Um agradecimento especial ao meu Orientador, o Maj Art Pedro Alexandre Bretes Amador, pelo apoio incondicional desde o primeiro momento, pelas diversas ideias, quando o tema ainda se encontrava denso e cujas orientações permitiram estreitar a investigação e chegar às conclusões do presente trabalho de investigação.

Por último, para a minha esposa, Fernanda que sempre me encorajou a ter paciência e acreditar, que tudo é possível, desde que haja vontade e dedicação, não olhando pelas dificuldades, mas sim no que nos propusemos fazer. Agradeço também, o apoio prestado, pelos meus filhos sabendo que tive que lhes retirar muito do meu tempo e dedicação, para atingir os objetivos do presente trabalho de investigação, esperando compensá-los logo que possível.



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento conceptual	9
2. Síntese histórica	12
2.1 Breve resenha histórica da República de Angola	12
2.2 Evolução histórica de Cabinda	15
2.3 Análise de Fatores	21
Síntese Conclusiva	23
3. Movimentos Independentistas em Cabinda - Período 1921/1975	24
3.1 A criação da FLEC.	25
3.2 Assinatura dos Acordos de Alvor	26
3.3 Posição de Portugal em Alvor - Caso Cabinda	28
3.4 Análise de Fatores	29
Síntese conclusiva	31
4. Período e o Processo de pacificação da Província - 1976 a 2016	32
4.1. Enquadramento institucional do Fórum Cabindense para o Diálogo.	36
4.2. Papel da sociedade civil no processo	388
4.3. Posição da Comunidade Internacional	38
4.4. Situação atual no enclave de Cabinda	399
4.5 Análise de Fatores	39
Síntese conclusiva	40
5. Análise de Fatores	422
5.1 Fator Político	422
5.2 Fator Socioeconómico	422
5.3 Fator Cultural	433
5.4 Fator Físico	444
Conclusões e recomendações	455
Bibliografia	50



Índice de Anexos

Anexo A – Tratado de Chinfuma, 29 de setembro de 1883	Anx A - 1
Anexo B – Tratado de Chicamba, 26 de dezembro de 1884	Anx B - 1
Anexo C – Tratado de Simulambuco, 22 de janeiro 1885.....	Anx C - 1
Anexo D – Documento produzido em Alvor, Portugal, 1975	Anx D - 1
Anexo E – Discurso de Agostinho Neto depois da assinatura dos acordos de Alvor 1975	Anx E - 1
Anexo F — Projeto do Estatuto Político e Administrativo da Região Autónoma de Cabinda	Anx F - 1

Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa de Angola 1870	12
Figura 2 – Mapa da região de Cabinda.....	15
Figura 3 – Território português em África	19
Figura 4 – Mapa de Cabinda.....	20
Figura 5 – Grupo de guerrilheiros da FLEC no interior, das matas de Maiombe (Cabinda)	25

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Fatores e indicadores	4
Tabela 2 – Fatores e indicadores	7
Tabela 3 – Fatores e indicadores	22
Tabela 4 – Fatores e indicadores	30
Tabela 5 – Fatores e indicadores	40



Resumo

O presente artigo pretende apresentar uma análise à atual situação securitária da província de Cabinda.

Para tal, analisamos fatores Políticos, Socioeconómicos, Culturais e Físicos, em três períodos temporais diferentes, procurando identificar as motivações que conduzem às atuais reivindicações independentistas nesta região.

Analizados os fatores, concluímos que há vários fatores que podem estar na base da atual situação securitária em Cabinda. A diversidade tribal, que não reconhece fronteiras e regimes políticos, a divergência interna em Cabinda, as diferenças ideológicas e a própria geografia, concorrem para a atual situação e são promotoras de conflitos. Quanto ao processo de pacificação de 2006, este foi conduzido com falhas de ambas as partes. Estas falhas são consubstanciadas na ausência do principal líder da FLEC, no início do processo e no não cumprimento por parte do Governo, quanto à descentralização administrativa da província. Na realidade, aquilo que deveria ter sido um processo inclusivo, não o foi, contribuindo, em nossa opinião, para a atual situação securitária no Enclave angolano de Cabinda.

Palavras-chave:

Fatores de conflito, Conflito, Cabinda.



Abstract

The present article intends to present an analysis to the current security situation of the Cabinda province.

To do so, we analyze Political, Socioeconomic, Cultural and Physical factors in three different time periods, trying to identify the motivations that lead to the current independence demands in this region.

After analyzing these factors, we conclude that there are several of those that can be the basis of the current security situation in Cabinda. Tribal diversity, which does not recognize sources and political regimes, the internal divergence in Cabinda, the ideological differences and the geography itself, compete for the current situation and are the promoters of conflict. Regarding the pacification process of 2006, this was conducted with failures of both parties. These failures are consubstantiated in the absence of the main rebel leader at the beginning of the process and in the Government's failure to comply with the administrative decentralization of the province. In reality, what should have been an inclusive process was not, contributing, in our opinion, to the current security situation in the Angolan Enclave of Cabinda.

Keywords

Conflict factors, Conflict, Cabinda.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A	
AREC	Associação de Resistência do Enclave de Cabinda
C	
CAUNC	Comissão de Associação da União Nacional dos Cabindas
E	
EEC	Estatuto Especial para Cabinda
F	
FCD	Fórum Cabindense para o Diálogo
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
L	
LNA	Liga Nacional Angolana
M	
MAC	Movimento Anticolonial
MLEC	Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
N	
NO	Não observado
O	
OI	Organizações Internacionais
OUA	Organização da União Africana
P	
PIB	Produto Interno Bruto
PLUA	Partido de luta Unida de Angola
R	
RC	República do Congo
RCB	República do Congo Brazzaville
RDC	República Democrática do Congo
U	
UNITA	União Nacional para a Independência total de Angola
+	Influencia
-	Não influencia



Introdução

A conflitualidade, em geral, é um dos problemas atuais que mais preocupa os Estados e as Organizações Internacionais (OI), pelo impacto que produz no desenvolvimento da sociedade, não só local e regional, mas também global, em função da permeabilidade das fronteiras (Almeida, 2014).

Em África, esta realidade tem sido uma constante, em particular desde 1884/85, na sequência da Conferência de Berlim, onde a partilha de território africano foi feita de acordo com os interesses de Estados europeus, sem considerar etnias, tribos, reinos ou organizações já instituídas pelos locais (Almeida, 2014).

A delimitação de fronteiras políticas, teve assim efeitos que ainda hoje se sentem e que no contexto deste trabalho, importam analisar.

Conscientes que a conflitualidade apresenta, em diferentes momentos da história, uma dinâmica própria, importa também considerar outras causas, independentemente da sua base geográfica, ideológica, política ou de circunstâncias conjunturais, que permitam perceber as suas dinâmicas e adequar mecanismos de resolução.

Em Angola, esta é também uma realidade presente, particularmente no Norte, pelo que o presente trabalho, subordinado ao tema “Entre a ausência de Paz e de Conflito. Perspetivas securitárias sobre o enclave de Cabinda”, se torna relevante.

Geograficamente, Cabinda trata-se de um enclave, localizado na costa ocidental africana, com uma população estimada em 716,076 habitantes¹, com uma área de cerca de 7.283 km², tendo como fronteiras terrestres, a Norte, a República do Congo, numa extensão de 196 km, a Nordeste, Leste e Sul, a República do Congo Democrático, com 153 km, e a Oeste, o Oceano Atlântico com 103 km (Bembe, 2014).

A história deste território está há muito associada a disputas, em particular com a chegada de povos europeus. No entanto, a situação agudizou-se durante e após os processos de independência em África. Em Angola em particular, associado ao surgimento de vários movimentos independentistas em África, na década de 60 do século passado, está a criação dos três principais agrupamentos políticos de Angola: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Em Cabinda, também a luta anticolonial tomou corpo, surgindo, em 1962, a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Este movimento, teve desde o início o propósito de promover para

¹ Dados de 2014 (Bembe, 2014).



Cabinda uma independência separada da pretendida para Angola, pelos movimentos nacionalistas FNLA e MPLA, desde 1950 e a partir de 1966, também pela UNITA. Neste sentido, a FLEC constituiu em 1967 um "Governo de Cabinda no Exílio", com sede em Ponta Negra (*Pointe Noire*), no Congo Brazzaville. As atividades desenvolvidas por este movimento foram, numa primeira fase, uma mobilização política em Cabinda e de procura, por via diplomática, de um reconhecimento internacional alargado. Numa segunda fase, após a Revolução em Portugal, a de uma presença militar (Bembe, 2014).

Com a anexação do território de Cabinda a Angola, no âmbito das negociações do acordo de Alvor², em janeiro de 1975, a FLEC passou a dirigir a sua luta contra o Governo angolano. Desde então, a soberania deste território tem sido reivindicada por independentistas, desencadeando várias ações militares que contribuíram para o estabelecimento de uma situação de conflito latente que dura até aos dias de hoje e que importa analisar.

Na realidade, a situação da província agudizou-se por diversas vezes, tendo sido protagonizados alguns ataques contra as forças governamentais angolanas. Esta situação, teve seu desfecho nos acordos de pacificação de 2006, celebrados entre o Governo angolano e o Fórum Cabindense para o Diálogo. Esse acordo, previa a integração dos vários quadros da FLEC nos sectores da função pública bem como nos órgãos de Defesa e Segurança do Estado angolano, como forma de comprometer as partes na construção de um mesmo futuro. Ainda assim, os desafios para uma pacificação total são enormes, pois o desejo de independência persiste. Um exemplo concreto da atual situação, foi o comunicado de fevereiro de 2016 da direção político-militar da Frente de Libertação do Estado de Cabinda/Forças Armadas Cabindenses (FLEC/FAC), alertando a comunidade internacional de que o enclave “é um território em estado de guerra” e que a circulação de pessoas “é seriamente desaconselhada” (Expresso, 2016).

Neste contexto, consideramos o estudo deste tema relevante, não só pela sua atualidade, mas também pela abordagem que se pretende fazer, na identificação das causas que estão na base da atual situação securitária em Cabinda.

Inserindo-se o presente trabalho na área do Estudo das Crises e dos Conflitos, em particular no quadro da Gestão de Crises, importa, antes de desenvolver o tema, rever os conceitos associados à definição de Paz, Conflito e Segurança, estruturantes para a compreensão do presente trabalho.

² Estabeleceu os parâmetros para a partilha do poder entre os três movimentos independentistas angolanos, após a obtenção da independência deste Estado de Portugal.



– Paz: Conjugação dos 4 D's: “Desenvolvimento, Direitos humanos, Democracia e Desarmamento, em que a ausência de qualquer um destes itens é fator de violência, tanto pessoalmente, socialmente ou internacionalmente. A Paz reside no fortalecimento de cada um dos itens que se reporta aos conceitos de segurança, identidade ou dignidade” (Fisas, 2004).

– Conflito: “Consiste num afrontamento intencional, entre dois seres ou grupos da mesma espécie, que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, geralmente a propósito de um direito. Para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito, procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico” (Couto, 1988).

– Segurança: trata-se, manifestamente, de um dos mais ambíguos, debatidos e contestados conceitos em todo o edifício conceptual das Relações Internacionais.

Conscientes de que os conceitos evoluem com o tempo e variam consoante as circunstâncias, entendemos que há a necessidade de revisitar o conceito de segurança considerado. Segundo Luís Tomé, o conceito de segurança tem como base seis pressupostos que entende fundamentais:

- A referência de segurança são as comunidades;
- A sobrevivência política e o bem-estar, são os interesses e valores fundamentais da segurança;
- As ameaças e preocupações respeitantes à segurança das comunidades não provêm unicamente de outros Estados – elas também podem provir de dentro dos Estados e de outros atores não estatais;
- A competição, a cooperação e a construção de comunidades são igualmente relevantes e podem coexistir em simultâneo;
- A ênfase ou prioridade atribuída a cada dimensão/preocupação/ameaça e a cada instrumento de segurança pode variar de comunidade para comunidade;
- A conceção genérica de segurança pretende-se abstrata, inclusiva e cautelosa para conciliar complexidade, diversidade e mudança, admitindo diferentes níveis (Tomé, 2010).

Assim sendo, consideramos Segurança como a proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas (Tomé, 2010).



Sendo o objetivo geral do presente trabalho, identificar os possíveis fatores que estão na base da situação securitária em Cabinda, com realce para o conflito latente que opõe as autoridades angolanas e a direção político-militar da FLEC/FAC, definimos como objeto de investigação os fatores que podem estar na base desse conflito.

De forma a focarmos o nosso estudo, delimitámos o mesmo em três diferentes dimensões:

– Temporalmente: desde o final do século XIX, com o início da configuração do território de Angola, em particular desde 1883, até 31 de dezembro de 2016;

– Espacialmente: cingimos o estudo à configuração do território angolano e parte Oeste dos territórios da atual República do Congo e República Democrática do Congo.

– Quanto ao âmbito, à tipologia de fatores a analisar: conscientes da multiplicidade de fatores que podem contribuir para situações de divergência e conflitualidade e da dificuldade na identificação dos mesmos, manifestada por vários autores, iremo-nos socorrer de fatores políticos, socioeconómicos, culturais e físicos, enunciados por Luís Bernardino e Janete Cravinho, apontados como principais fatores de instabilidade em África. São estes os fatores que durante a elaboração do nosso trabalho, procuraremos identificar como catalisadores de conflitualidade.

Assim delimitaremos a nossa investigação aos seguintes fatores e indicadores:

Tabela 1 – Fatores e indicadores

Fonte: autor

Fatores	Indicadores
Fatores Políticos	Instabilidade Política
	Iniquidade Política
	Permeabilidade das fronteiras
	Apoio político externo
	Diversidade ideológica
Fatores socioeconómicos	Estagnação económica
	Elevado Desemprego
	Degradação Ambiental
	Tensões Demográficas
	Iniquidade económica
	Pobreza social
	Corrupção
	Insegurança
Fatores Culturais	Diversidade étnica
	Diversidade cultural
	Diversidade religiosa
	Diversidade racial



Fatores Físicos	Recursos hídricos
	Recursos energéticos
	Recursos minerais
	Separadores naturais

Para ser possível alcançar o objetivo geral por nós estabelecido, propomo-nos atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

– OE 1: identificar possíveis fatores que tenham promovido divergências e conflitualidade no período compreendido entre 1883 e 1920, em particular o processo de formação do território de Angola.

– OE 2: identificar possíveis fatores que tenham promovido divergências e conflitualidade no período compreendido entre 1921 e 1975, em particular o processo político que conduziu à independência de Angola.

– OE 3: identificar possíveis fatores que tenham promovido divergências e conflitualidade entre as autoridades angolanas e a FLEC/FAC, no período compreendido entre 1976 e 2016, e analisar, em particular, o processo de pacificação da província de Cabinda.

Assim sendo, tendo por base um raciocínio dedutivo, formulámos a seguinte questão central:

Que fatores podem ter conduzido à atual situação securitária em Cabinda e que mantêm um conflito latente entre as autoridades angolanas e a direção das FLEC/FAC?

Para responder à mesma, assente num raciocínio dedutivo, estruturámos as seguintes questões derivadas (QD):

– QD 1: que fatores políticos, socioeconómicos, culturais ou físicos podem ter contribuído para um problema securitário em Cabinda entre 1883e 1920, nomeadamente no processo de configuração do território de Angola?

– QD 2: que fatores políticos, socioeconómicos, culturais ou físicos podem ter contribuído para um problema securitário em Cabinda entre 1921 e 1975, nomeadamente no processo que conduziu à independência de Angola?

– QD 3: que fatores políticos, socioeconómicos, culturais ou físicos podem ter contribuído para um problema securitário em Cabinda entre 1976 e 2016 e em que medida o processo de pacificação de 2006, entre o Governo angolano e as FLEC respondeu às reivindicações apresentadas por estes últimos e contribuiu para a pacificação da região?



Para responder às questões por nós idealizadas e atendendo ao objeto do nosso estudo, iremos seguir a estratégia de investigação qualitativa, recorrendo quer à análise documental, quer à realização de entrevistas semiestruturadas.

Depois de realizadas as leituras preliminares sobre o tema, que serviram fundamentalmente para conhecermos melhor o nosso objeto de estudo e para apurar o estado da arte, foram feitas algumas entrevistas exploratórias com entidades especialistas nesta temática, que criaram as condições para apresentar a estratégia de investigação, o desenho de pesquisa e o modelo de recolha de dados que adotámos.

No que concerne ao nosso percurso metodológico, abordaremos inicialmente a problemática da formação da nação angolana, através da análise aos Tratados estabelecidos pelas autoridades portuguesas com os vários Reinos africanos, no sentido de perceber as diferenças entre os mesmos, em particular o tratado de Simulambuco. De seguida, considerando o processo que conduziu à independência de Angola, analisaremos, ao nível político e estratégico, os contornos do Tratado de Alvor, em que se considera Cabinda como província angolana. Posteriormente, tendo identificado os fatores de clivagem que motivam os movimentos independentistas, procuramos perceber em que medida é que os acordos de paz de 2006, estabelecidos entre as autoridades angolanas e as FLEC, responderam à necessidade de pacificação da região de Cabinda.

Relativamente às técnicas de recolha de dados, pretendemos realizar entrevistas semiestruturadas, na medida em que, para além da abordagem de assuntos predeterminados, atendendo ao grau de complexidade que o tema comporta e de algum sentimento um pouco mais parcial dos nossos entrevistados, poderão ser abertas novas perspetivas de análise que serão, certamente úteis para a nossa investigação. Pretendemos por isso entrevistar entidades que tenham conhecimento nas diferentes dimensões da geopolítica, académicos, autoridades tradicionais e estudantes.

A observação dos dados resultantes das entrevistas será efetuada através da análise de conteúdo, a partir de uma grelha analítica, seguindo as seguintes fases: transcrição, leitura, análise descritiva, construção de sinopses e análise interpretativa.

Quanto ao modelo de análise e de acordo com a delimitação estabelecida, iremos procurar os seguintes indicadores nos fatores políticos, socioeconómicos, culturais e físicos, como a seguir se apresentam:



Tabela 2 – Fatores e indicadores

Fonte: autor

Fatores	Indicadores	1º Período	2º Período	3º Período
Fatores Políticos	Instabilidade Política			
	Iniquidade Política			
	Permeabilidade das fronteiras			
	Apoio político externo			
	Diversidade ideológica			
Fatores socioeconómicos	Estagnação económica			
	Elevado Desemprego			
	Degradação Ambiental			
	Tensões Demográficas			
	Iniquidade económica			
	Pobreza social			
	Corrupção			
	Insegurança			
Fatores Culturais	Diversidade étnica			
	Diversidade cultural			
	Diversidade religiosa			
	Diversidade racial			
Fatores Físicos	Recursos hídricos			
	Recursos energéticos			
	Recursos minerais			
	Separadores naturais			

Para materializarmos a nossa investigação, propomo-nos estruturar o nosso trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo faremos um enquadramento conceptual do tema, procurando, ainda que de forma breve, refletir sobre os conceitos de Paz, enquanto Estado Final Desejado, de Segurança, enquanto condição a alcançar e de Conflito, que representa a atual situação ainda que de forma latente. No segundo capítulo, dedicaremos a nossa investigação à evolução histórica de Angola, particularmente à região de Cabinda, destacando os acordos celebrados entre 1883 e 1885, que agregam este espaço e o associam a Portugal. No terceiro capítulo, analisaremos o processo de criação da FLEC, no contexto da criação dos vários movimentos independentistas em África na década de 1960, bem como o processo que conduziu à independência de Angola, em particular o Tratado de Alvor. No quarto capítulo, analisaremos o processo de pacificação da província, onde apresentaremos um resumo deste processo e onde pretendemos sistematizar e identificar as



causas e motivações que estão na base da contenda político-identitária e social em Cabinda. No quinto capítulo, apresentaremos a nossa análise aos fatores políticos, socioeconómico, cultural e físico, sistematizando a informação recolhida nos capítulos anteriores, de acordo com o nosso modelo de análise.

Por fim, e como corolário do trabalho por nós desenvolvido, apresentamos as nossas conclusões, pretendendo serem consequentes.



1. Enquadramento conceptual

“A paz é qualidade mais fina da alma”

(Mahatma Gandhi cit. Oliveira, 2014)

A realização de uma investigação sobre as perspetivas securitárias do Enclave de Cabinda, impõe-nos rever os conceitos de Paz, Segurança e Conflito.

Segundo *Hakan Weberg*, não há um consenso em termos de definição do termo ou palavra Paz (Weberg cit. Gallie, 1956). Para este autor, o termo paz, é um conceito essencialmente contestado, ou seja, um conceito onde não há uma definição consensual. Aliás, diferentes culturas empregam o termo Paz para designar diferentes combinações de valores, como a ausência de guerra, de bem-estar, de justiça divina, harmonia social, paz interior de cada um, entre outros significados.

Por sua vez, o sociólogo *Johann Galtung*, afirma que não é a guerra que se contrapõe à Paz, mas sim a violência, e deste modo, a Paz seria ausência de toda a forma de violência direta, estrutural ou cultural, seja ela contra o corpo, mente ou espírito de qualquer indivíduo, e no seu sentido mais amplo, a soma da Paz direta, estrutural e cultural. *Galtung* cria assim uma distinção na conceptualização da palavra Paz, onde estabelece como Paz negativa, a ausência de guerra e Paz positiva, enquanto comunidade humana integrada por justiça social e liberdade. Essencialmente o que *Galtung* é que a paz positiva se associa à justiça social, à harmonia, à satisfação das necessidades básicas, autonomia, diálogo, solidariedade, integração e equidade (Oliveira, 2014).

No entanto, quer a definição apresentado por *Weberg* quer por *Galtung* parecem-nos limitadas quanto à relação entre Paz e Desenvolvimento e a relação que este último tem com a conflitualidade. Neste sentido, entendemos que o conceito que Fisas nos apresenta é mais completo, pelo que, para o presente trabalho, optámos por entender Paz como a conjugação dos 4 D's: Desenvolvimento, Direitos humanos, Democracia e Desarmamento, em que a ausência de qualquer um destes itens é fator de violência, tanto pessoalmente, socialmente ou internacionalmente, sendo a Paz o fortalecimento de cada um dos itens que se reporta aos conceitos de segurança, identidade ou dignidade (Fisas, 2004).

Associado ao conceito de Paz estão os conceitos de Segurança, enquanto aspiração de toda a unidade política, e de Conflito.

Quanto ao conceito de Conflito, *J Freud* propõe-nos a sua definição associada a um afrontamento intencional entre dois seres, com intenção hostil, em geral em propósito de um direito e que para o manterem, afirmarem ou restabelecerem, procuram quebrar a



resistência do outro. Já *L. Coser*, define conflito como “um afrontamento em torno de valores e reivindicações relativas a recursos, estatutos, direitos ou poder, em que cada oponente visa neutralizar, causar danos ou eliminar o seu adversário (Couto, 1988).

O conflito, enquanto fenómeno social, constitui-se nos nossos dias, e continuará a ser no futuro, uma constante no relacionamento humano nas sociedades, ou como defendem as correntes ideológicas realistas nas Relações Internacionais, fatores de evolução e de erosão positiva dentro das sociedades. Estes teorizadores, defendem ainda que o conflito se fundamenta e sustenta numa dinâmica de afirmação de interesses, de dicotomia de vontades, na luta pela submissão e subjugação de vontades entre seres humanos (Bernardino, 2008).

Na ótica de luta pelo poder, a hostilidade não se manifesta apenas ou necessariamente pela violência física, podendo evidenciar-se pela via económica, psicológica, diplomática, entre outras formas de poder, pelo que entendemos o conceito de Conflito como “um afrontamento intencional, entre dois seres ou grupos da mesma espécie, que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, geralmente a propósito de um direito” (Couto, 1988).

Quanto ao conceito de Segurança, a origem do mesmo remonta ao século XVIII, associada à liberdade do indivíduo, numa clara tradução do conceito central do liberalismo político, é ampliada mais tarde para a proteção dos bens pessoais e à manutenção do nível de vida, responsabilidade essa cometida ao Estado (Barroso, 2014).

A segurança é agora entendida como consequência da paz, e para a qual o pensamento de *Martin Wight* contribuiu significativamente – “se há uma sociedade internacional, então há um certo tipo de ordem a ser mantida, ou mesmo desenvolvida” (Rudzit, 2005).

Não pretendendo desenvolver em profundidade esta temática, mas conscientes da sua importância, da análise por nós efetuada podemos afirmar que atualmente existe uma ambiguidade associada ao conceito de segurança face às diferentes perspetivas, definindo segurança nacional como ausência de ameaças aos interesses de um Estado, bem como a ausência de medo, caso os seus interesses sejam ameaçados.

Na última década do século XX, surgem novos conceitos de Segurança, como Segurança Sustentável ou *hard power-soft power e smart power*. Consequentemente, a definição do conceito de segurança estendeu-se a várias dimensões como a económica, a



energética, a ambiental, a humana, todas elas objeto de ameaças³ e riscos⁴ envolvendo atores estatais e não-estatais, convencionais, e organizações não-governamentais, ou mesmo produto das alterações climáticas. (Rudzit, 2005)

Outro autor importante, a referir é *Barry Buzan*. Para este autor, a natureza da segurança pode ser tão alargada que desafia a definição de um conceito suficientemente abrangente (Buzan & Hansen, 2009). Para *Buzan*, segurança é sobrevivência, ou seja, será sempre resultante duma relação entre ameaça e objeto, sendo que a ameaça pode ser real ou apenas apresentada como tal (Rudzit, 2005). Atualmente é possível identificar duas tendências na abordagem ao conceito de segurança.

A primeira, muito embora contemple outros elementos, é caracterizada pelo Estado como ator principal, na qual se podem enquadrar os conceitos de Segurança Comum⁵, Segurança Integrada⁶, Segurança Defensiva e Segurança Cooperativa. É nesse conceito que nos revemos. A segunda tendência é focada no indivíduo como objeto da segurança, transferindo a importância da soberania nacional para soberania global, na qual o respeito pela dignidade humana deverá prevalecer à lei internacional (Amador, 2017).

Atendendo à natureza e objeto do presente estudo, para o presente trabalho, consideramos o conceito de Segurança estabelecido por Luís Tomé, como sendo a proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas (Tomé, 2010). Na realidade, uma condição em que os cidadãos da mesma região, possam conviver em harmonia, onde cada um respeita os direitos individuais do outro e o Estado constitui-se como o garante e o máximo responsável pela manutenção dessa condição.

³ Estados, organizações, pessoas, grupos ou condições com capacidade e intenção para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais, ou instituições (EME, 2012, adaptado).

⁴ Possibilidade de perigo ou acontecimento indesejado. Caracterizado pelo grau de probabilidade e de severidade de uma potencial perda, resultante de perigos, devido à presença de um inimigo ou condições adversas (EME, 2012).

⁵ Conceito introduzido por *Olof Palm* no contexto da Guerra-Fria.

⁶ Reconhece os fatores Político, Económico e Sociocultural e Ambiental.

2. Síntese histórica

Neste capítulo pretendemos identificar possíveis fatores que tenham promovido divergências e conflitualidade no período compreendido entre 1883 e 1921, em particular o processo de formação do território de Angola.



Figura 1 – Mapa de Angola 1870

Fonte: (Quitexe, s.d.)

2.1 Breve resenha histórica da República de Angola

A República de Angola é o segundo maior país a Sul do Saara Ocidental, com uma extensão de cerca de 1.246.700 km² (Almeida, 2014).

Situada na costa ocidental de África, faz fronteira a Norte com a República do Congo (RC), a Nordeste com a República Democrática do Congo (RDC), a Sul com a Namíbia, a Leste com a Zâmbia e a Oeste com o Oceano Atlântico.

A formação étnica de Angola iniciou-se a partir da migração dos povos Bantos. Este povo, cujo termo significa pessoa ou homem, utilizava a língua bantu, comum na África Oriental, Central e Meridional (Delgado, 1948).



Em 1482, quando os portugueses chegaram ao estuário do Congo, os povos Bantos já se encontravam organizados em reinos (Vansina, 1985). A partir desse ano, Angola viria a ser uma colónia portuguesa por cerca de 500 anos.

A penetração de Portugal em território africano, teve lugar no reino dos Bacongos, no atual M'Banza Congo ou Zaire. Na época, havia já uma consciência de que a conquista desses territórios não seria fácil, uma vez que os Bacongos já dominavam técnicas de metalurgia, transformando o ferro em instrumentos de combate, tendo conseguido assim a hegemonia territorial sobre outros reinos, apresentando também uma organização administrativa próxima do Estado (Damba, 2009).

Faziam fronteira com o reino Bacongo outros “Estados”, mais pequenos, considerados “Estados Autónomos”, que mantinham obediência ao Rei Mani Congo, dos Bacongos, mas que em função da grande dimensão do reino, lhes era cedida essa autonomia.

Da região ocupada pelos povos Bantos, da qual o reino Bacongo fazia também parte, destacamos três regiões:

- Ngoyo, *Cacongo* e Loango, situados junto à costa Atlântica, a Norte do estuário do Rio Congo;
- A região de Matamba, atravessada pelo vale do Cuango a Sudeste;
- e a região de *Ndongo*, que incluía quase toda a parte central do território da atual Angola, de ambos os lados do Rio Cuanza.

Na realidade, a origem do nome Angola provém de um dos chefes da região de Ndongo. Quando se verificaram os primeiros contatos com os portugueses, um dos chefes possuía o título hereditário de Ngola, pelo que os portugueses deram mais tarde o nome de Angola à colónia (Dalichau, 1980).

Conforme referido, a presença portuguesa, neste espaço territorial, foi feita a partir do estuário do Congo, através do estabelecimento de relações comerciais e mais tarde passado à evangelização. Estas duas atividades serviram de móbil para a evolução da política de ocupação e conquista dos territórios que são hoje o atual espaço territorial angolano. Apesar de na época, grande parte do território ser dominado pelos Bacongos, a falta de união entre reinos levou a que Portugal explorasse essas divisões permitindo-lhe a conquista dos territórios.

A política de expansão inicial portuguesa em Angola, foi em grande medida concebida por um único homem, o estadista liberal português, Marquês Sá da Bandeira (1795-1876) (Weeler & Rene Pelissier, 2013). Para este dirigente português, Ministro da



Marinha e do Ultramar entre 1835-36, a abolição do tráfico de escravos e a escravatura na África Portuguesa, eram os pré-requisitos essenciais para o desenvolvimento económico. Através do aumento dos impostos sobre a população africana e do aumento das taxas aduaneiras dos portos angolanos (Weeler & Rene Pelissier, 2013), Sá da Bandeira tencionava expandir a soberania portuguesa em Angola e na verdade em toda sua extensão, mantendo a mão-de-obra local. Assim, a 10 de dezembro 1836, o governo Português, depois de longas negociações e pressões de Inglaterra⁷, emitiu um decreto-lei, abolindo o tráfico de escravos em navios Portugueses nas suas colónias.

O plano de Sá da Bandeira para expansão comportava inúmeras dificuldades, tendo por isso sido conduzido lentamente. Em 1838, a fim de pôr termo a constantes atividades de contrabando estrangeiro no Norte de Angola e aumentar as receitas aduaneiras angolanas, Sá da Bandeira ordenou a ocupação e anexação dos portos de Ambriz e Cabinda. Todavia, este plano só foi executado em 1855 no Ambriz e em 1883 dá-se a ocupação do porto de Cabinda, com a oposição de Inglaterra e França. (Weeler & Rene Pelissier, 2013).

A abolição da escravatura, a emancipação dos naturais africanos e a participação desses nas lutas que se seguiram entre as potências coloniais, vieram despertar a consciência dos africanos para as lutas de libertação, marcando claramente uma diferença de políticas entre os diversos povos europeus para África e de comportamento dos africanos para com estes (Guedes, 2004). É assim que nos meados do século XX, surgem grupos organizados, que mais tarde evoluíram para uma luta aberta, em particular a partir da década de 1960 que iremos desenvolver no capítulo seguinte.

De uma forma simples, é possível afirmar que a região onde se insere Angola e Cabinda trata-se do produto da migração dos povos Bantos, que agregou étnico-linguisticamente a região, mas também é fruto da colonização portuguesa no continente africano, especificamente na zona da bacia do rio Congo, que agregou politicamente a região (Delgado, 1948). Assim, podemos afirmar que o espaço vastíssimo que Angola tem é produto da resiliência Portuguesa em relação aos povos africanos e em relação a outras potências coloniais, que no mesmo espaço, lutavam para conquistar territórios sob domínio africano.

⁷ Em oposição ao pretendido.



2.2 Evolução histórica de Cabinda

2.2.1 Espaço territorial

O território da atual província de Cabinda compreende uma pequena porção do antigo Reino do Luango e a quase totalidade dos reinos do Ngoyo⁸ e Cacongo⁹, desde a boca do Zaire até à linha equatorial.

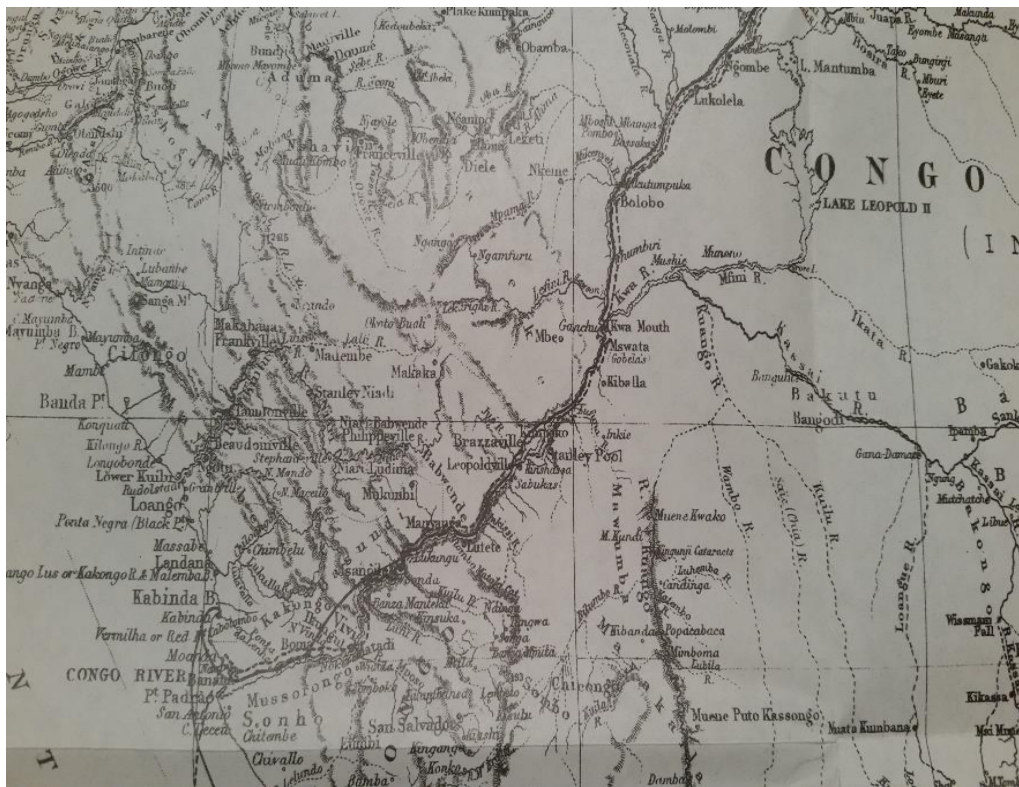


Figura 2 – Mapa da região de Cabinda

Fonte: (Wordpress, 2014)

À diversidade de reinos está associada a diversidade de povos e a região de Cabinda não é diferente. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo étnico linguístico - Bacongo (Quicongo no original), fazem parte da atual Cabinda descendentes dos Mbavilis, povo predominante na região do antigo reino do Luango, os Cacongos, que predominavam no reino do Cacongo, os Muyombes, no reino do Lombe e os Cabindas e Baoyos no reino do Ngoyo. Todos esses reinos mantiveram-se até meados do século XVIII sob soberania do Reino do Congo (Almeida, 2014). Daqui podemos deduzir que Cabinda apesar da sua especificidade, historicamente, tem as suas origens ao povo banto de Angola, cuja, a

⁸ Atualmente corresponde a uma porção do norte de Angola.

⁹ Atualmente corresponde a uma porção do Congo e Cabinda.



maioria do território repartia-se no Norte, entre os reinos de N'Dongo, e Bacongós, incluindo, Cabinda formado por um conjunto de reinos mais pequenos e de maior diversidade, em relação o resto do país.

Atualmente, Cabinda apresenta uma população de 716 076 habitantes, pertencente na sua quase totalidade aos povos bantus, a um grupo antigamente chamado Fiote, cuja língua cabinda (localmente chamada *ibinda*), é considerada um dialeto do Quicongo. Neste contexto, alguns autores sustentam que, apesar do povo Cabinda pertencer ao mesmo grupo étnico linguístico Bacongo, a região é muito diversificada, quanto às origens, apresentando diferenças significativas relativamente ao resto do território angolano.

2.2.2 Do Tratado de Chinfuma ao Tratado de Simulambuco

O primeiro quartel do século XIX constituiu-se como época de grandes transformações em África. Sob a égide de Leopoldo, Rei Belga, cria-se a *Association Internationale Africaine*, procurando abolir a escravatura e promover o desenvolvimento em África. Portugal, não participa dessa comissão, mas é-lhe reconhecida a soberania na costa Norte do Rio Zaire, sendo-lhe imposta na região a liberdade de comércio às nações estrangeiras.

Sentido a pressão estrangeira no seu território, Mpolo, príncipe de Malembo, (Landana, Cabinda) envia comissários a Luanda tentando obter apoio do Governador-Geral de Angola, solicitando a imediata ocupação dos territórios de Cabinda, algo que lhe foi prometido sem condições. Em função do sucedido, Inglaterra nega-se a reconhecer a legitimidade Portuguesa sobre o território compreendido entre paralelos 5º 12' e 8º Sul, numa oposição clara à ocupação Portuguesa do Congo. Por sua vez, Portugal invoca a prioridade dos descobrimentos e a posse prolongada, reivindicando para si o curso do baixo Zaire e os territórios situados a Norte do Rio Stanley. Esta medida aproximou Portugal à Bélgica e à Association, tendo despertado a atenção a Inglaterra que, de uma posição obstante, reconhece a soberania portuguesa no sentido de estabelecer também ela uma convenção, consignando a Inglaterra alguns privilégios. De uma forma simples, podemos dizer que foi desta forma, que foi possível a Portugal manter o direito colonial sobre estes territórios.

No contexto colonial, Portugal aparecia como mal menor entre todos os que tinham pretensões territoriais sobre atual província de Cabinda, mas foram os seus habitantes que optaram por negociar com os portugueses, acreditando que a sua segurança e autonomia estariam salvaguardadas. Uma razão que poderá ter contribuído para tal, seria o facto de os



britânicos permitirem o tráfico de escravos em territórios terceiros ou não efetivamente ocupados pelo Império. Apesar de terem abolido oficialmente a escravatura em 1834, o mercado de escravos continuava a ser feito, particularmente pelos britânicos, com grandes proveitos económicos (Almeida, 2014).

Ao analisarmos as relações entre britânicos e portugueses em África, ficamos com a ideia de que nada tinha a ver com as relações em território europeu. Na realidade, a presença portuguesa na região era questionada, tendo os britânicos levantado duas questões sobre legitimidade político-geográficas que ficaram conhecidas como “Questão do Ambriz” e “Questão do Zaire”. Recordemos que Cabinda não era um território português, mas sob proteção do soberano português, pelo que não poderia ser considerado como um território com efetiva ocupação, perante a rivalidade política e geográfica que se verificava na região. Esta tensão viria a desenvolver-se mais ainda, com a presença francesa na região de Brazzaville, que punha em causa quer a presença portuguesa, quer o comércio negreiro britânico. No entanto, a presença francesa seria aproveitada por Portugal para “resolver” quer as questões do Ambriz quer a questão do Zaire. Porém, o território de Cabinda que se alongava até terras angolanas, ficou dividido entre a soberania franco-belga e a proteção portuguesa. Ou seja, Portugal, por via das movimentações territoriais francesas, definiu a fronteira internacional na foz do rio Zaire (Oliveira, 2010).

Assim, o território português na costa ocidental africana ficaria regularizado num acordo, denominado “Questão do Zaire”, assinado entre Portugal e Inglaterra em fevereiro de 1884, onde ficou consagrado que esta reconhecia os direitos históricos de Portugal e o exercício, em benefício da Inglaterra e de Portugal, de um poder exclusivo de polícia e fiscalização no curso superior do Zaire e todos os territórios adjacentes. Este acordo seria fortemente contestado por franceses, germânicos, holandeses, espanhóis e norte-americanos, que viam os seus interesses na região, afetados por esse acordo. Este acordo foi essencial para as pretensões portuguesas, mas dividia um espaço étnico-linguístico.

Ao mesmo tempo que Portugal dirimia as suas posições geográficas na região com os britânicos, franceses e, mais tarde, com os belgas, os representantes portugueses na região procuravam celebrar acordos com os régulos e príncipes locais, nomeadamente com Tali-e-Tali, Regente do Reino de Cacongo (Cacongo); Mancoche de Muba, Rei do Encoche Luango; António Tiaba da Costa, Regente do Reino de Chinvovo e representante da Rainha Samoano; Príncipe Mansange, do Massabi; Mangoge-Bembo da Costa, de Tenda; Príncipe Mamimbache, do Cacongo e Mangoal, Regente do Mambuco, no sentido de estabelecer geograficamente as zonas sob sua proteção, bem como ampliar e consolidar a



sua presença regional. Destes acordos parciais, resultou o Tratado de Chinfuma¹⁰, celebrado e assinado a 29 de setembro de 1883, no morro do mesmo nome, a norte do Rio Chiloango. O local foi escolhido porque, só por si, corroborava o alcance do acordo. No mesmo, ficaram estabelecidos o protetorado e a soberania de Portugal sobre todos os territórios que se estendiam do rio Massabi até ao Malembo, ou seja, os territórios de Lândana, Chinvovo e Massabi (Almeida, 2014).

A 26 de dezembro de 1884, outros responsáveis da hierarquia social e política dos povos de Caio Chimisi, Suangili Mando, Buamongo, Guamongo, Chicamba Naeba e N'cula, consideraram favorável o Tratado de Chinfuma, no sentido da defesa dos interesses dos povos da região de Cabinda, decidindo apostar na mesma estratégia, assinando, o Tratado de Chicamba, uma cópia fiel do de Chinfuma.

Não obstante as medidas tomadas pelas autoridades portuguesas, os povos da região continuavam a sentir-se sem segurança e sujeitos aos mesmos perigos protagonizados pelas outras potências coloniais, dada a permeabilidade das fronteiras. Confrontado com esta realidade, Portugal resolveu, com a anuência de um maior número de líderes de Cabinda, avançar para um outro Tratado, mais amplo e abrangente, que englobasse os anteriores e lhes desse outras mais-valias. Assim, a 1 de fevereiro de 1885, é assinado o Tratado de Simulambuco entre o Reino de Portugal e vários Príncipes, Régulos e Governadores locais representando o Reino de N'Goyo (Silva, 1888). A relevância do Tratado de Simulambuco não se prende só pelo facto de Portugal ter expandido a sua influência regional, mas também pela altura em que foi celebrado. Nesse mesmo ano, teve lugar a Conferência de Berlim onde Portugal pretendia que lhe fosse reconhecido o direito a ocupar os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique: o Mapa Cor-de-Rosa.

¹⁰ Foram celebrantes, os já citados, Brito Cappelo e os oficiais portugueses Cristiano Frederico Krusse Gomes, 1º Tenente da Armada, e Aquiles de Almeida Navarro, facultativo naval de 1ª classe, e mais cerca de 45 dignitários regionais, entre Príncipes, Chefes e Governadores.

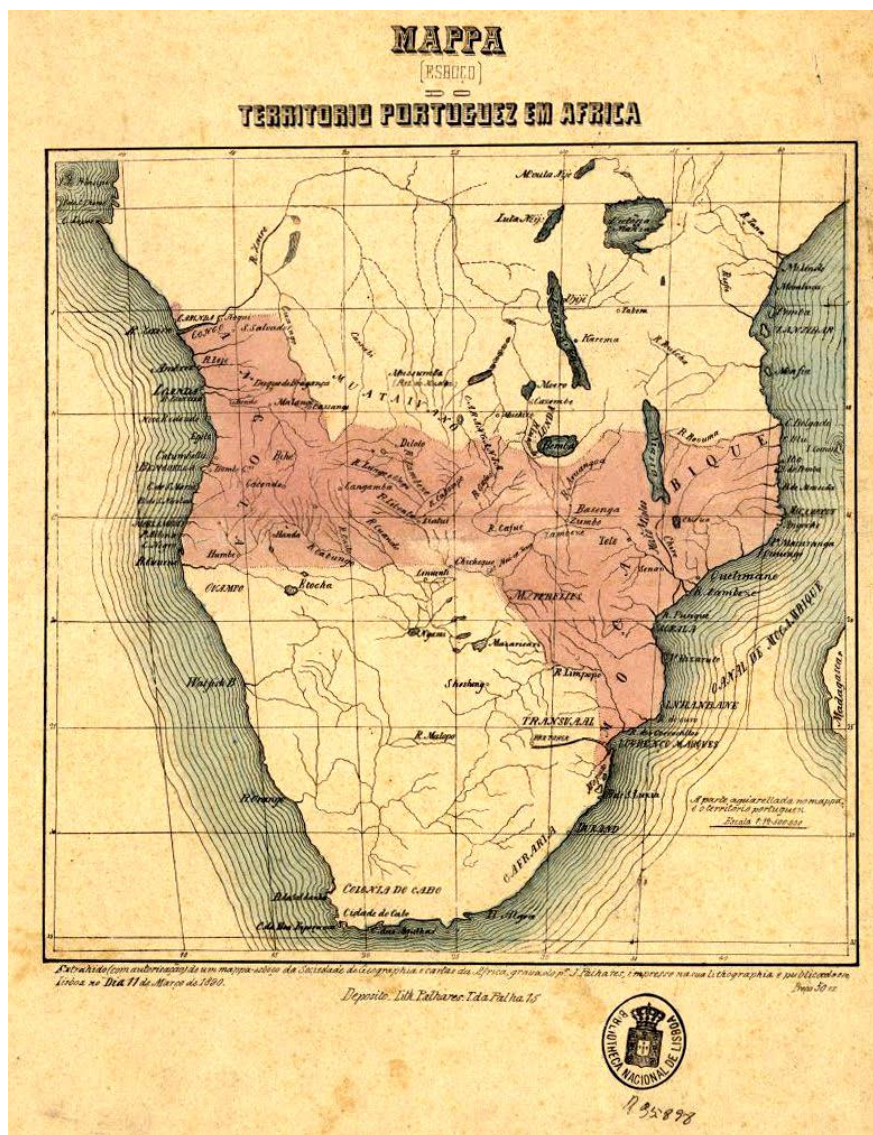


Figura 3 – Território português em África

Fonte: (desconhecida, s.d.)

Com o objetivo de organizar a ocupação de África pelas potências coloniais, a Conferência de Berlim, não respeitou nem a história, nem as relações étnicas, nem as ancestrais relações familiares dos povos do continente africano. No entanto, validou o Tratado de Simulambuco e reconheceu, como era desejado, todos os direitos portugueses na região, com especial relevo para “a liberdade de comércio na bacia do Congo e seus afluentes”, “neutralidade dos territórios da bacia do Congo”, e “livre navegação no Congo e Níger” (Almeida, 2004). Portugal adotava então, quer perante os cabindas, quer perante o mundo, a obrigação de ser guardião, por todos os meios ao seu dispor, do novo Protetorado de Cabinda, que englobava não só os citados Reinos de Loango, Caongo e N’Goyo, como



os lugares conhecidos por Chinchocho, Luvula, Chilunga, Ombuco, Tenda, Mubaco, Bukameala, Mayumba, Pango, e Ganga-Muculo, todos a Norte da foz do rio Zaire.



Figura 4 – Mapa de Cabinda

Fonte: (Wordpress, 2014)

2.2.3 Período 1883 - 1920

Conforme referido anteriormente, a configuração política de Cabinda inicia-se, em termos gerais, com o então Governador-Geral de Angola, Ferreira do Amaral a designar o Capitão-Tenente Brito Capelo, para assegurar a posse das regiões e assinar tratados com as autoridades locais, estabelecendo assim a soberania Portuguesa nos territórios de Cacongo e Massabi.

Após a assinatura do Tratado de Simulambuco, estabeleceu-se a povoação de Cabinda, nela se instalando as autoridades portuguesas e tendo tido como seu primeiro governador, João António de Brissac das Neves Ferreira, que ali chegou a 14 de julho de 1887.

Quanto à fronteira de Cabinda com o Congo (Brazzaville), de acordo, Pedro Xavier Macaia, atual Regedor de Massabi, Cabinda estendia-se até a Ponta Negra; depois ter sido assinado em Paris, a 12 de janeiro de 1901, um protocolo interpretando e completando o artigo 3º da Convenção de 12 de maio de 1886, relativo ao traçado da linha de fronteira



franco-portuguesa na região do Congo. Estava assim consumada a divisão do Congo em três partes: belga, francesa e portuguesa.

A 5 de Julho de 1913 em Bruxelas, Portugal assinaria um outro protocolo, aprovando a nova demarcação da fronteira luso Belga de Cabinda. É neste período que assentam alguns argumentos das partes que atualmente se opõe em Cabinda. O governo angolano baseia a sua posição em razões históricas, antes da presença europeia, em que este território já dependia do Reino do Congo, do qual é originária a sua etnia e cuja sede seria M'Banza Congo, com qual tinha uma ligação terrestre, tendo sido separada depois da chegada dos Europeus. Como consta no decreto nº 18662, de 24 de julho de 1930, em função das dificuldades financeiras que se apresentavam e como medida de contenção de despesas, foi revista a divisão administrativa, passando Angola a ter apenas oito distritos dos catorze que tinha anteriormente, e constituídas áreas independentes, denominadas de Zaire e Cabinda, tendo ficado sob jurisdição direta do Governador do Distrito do Congo com sede em Maquela do Zombo (Uíge) (Damba, 2009).

Porém, há uma outra abordagem. Dos vários documentos estudados, percebemos que a conquista dos territórios por parte de Portugal, obedeceu a fases distintas, aplicando uma política de evangelização e de trocas comerciais de uma forma pacífica. Alguns autores afirmam que em 1817, Portugal já planificara ocupar o Ambriz e Cabinda, uma vez que o Reino do Congo terminava a sul de M'Banza Congo, ou seja, no atual concelho de Ambriz. Segundo esta perspetiva, cada reino tinha a sua jurisdição, tanto que os Reinos de Chifuma, Cacongo e Massabi nunca tiveram nenhuma relação com os de Cabinda Sul, assim como os Muyombes sempre tiveram proximidade com a vizinhança Congo Democrático. Essas diferenças entre povos em Angola, ainda hoje existe, sobretudo nas províncias do Norte e Leste onde encontramos uma multidimensionalidade etnolinguística. É paradigma desta situação, a necessidade de Portugal ter de assinar vários tratados com diferentes entidades de cada área.

2.3 Análise de Fatores

De acordo com a tabela 3, na vertente política, pudemos verificar que este foi de facto um período de grande intensidade diplomática e de grandes tensões, não só entre potências europeias, mas também nos reinos africanos afetados. Toda esta instabilidade conduziu a decisões, também elas africanas, de que é exemplo a solicitação de protetorado às autoridades portuguesas. Mas acima de tudo o que entendemos relevante, foi o facto das autoridades portuguesas fomentaram nos africanos, a vontade de se baterem pelo que é seu.



Para além do fator político ter tido impacto em algumas regiões de Angola, de forma diferenciada, também teve impacto social. Na realidade, fruto desta instabilidade, associada à permeabilidade de fronteiras, verificaram-se migrações quer entre povos africanos, mas também europeia. Nem todas as regiões africanas tiveram o mesmo contacto com europeus. No caso, Cabinda foi uma das primeiras e onde o desenvolvimento foi promovido.

Na vertente socioeconómica, verificamos que a economia de Cabinda, que assentava fundamentalmente no café, cacau, oleaginosas e na cultura tradicional da região viu alargadas as suas perspetivas a partir de 1915, com os poços de petróleo descobertos na plataforma continental, ao largo de Malembo.

Culturalmente e Fisicamente, também algumas alterações se verificaram, sendo de realçar que os movimentos migratórios registados neste período foram mais de Europeus, na expansão, ocupação e disputas dos territórios, tendo naturalmente repercussões ao nível cultural, com a introdução de novos costumes-

Tabela 3 – Fatores e indicadores

Fonte: autor

Fatores	Indicadores	1º Período
Fatores Políticos	Instabilidade Política	+
	Iniquidade Política	-
	Permeabilidade das fronteiras	+
	Apoio político externo	-
	Diversidade ideológica	NO
Fatores socioeconómicos	Estagnação económica	NO
	Elevado Desemprego	NO
	Degradação Ambiental	NO
	Tensões Demográficas	+
	Iniquidade económica	NO
	Pobreza social	NO
	Corrupção	NO
	Insegurança	+
Fatores Culturais	Diversidade étnica	+
	Diversidade cultural	+
	Diversidade religiosa	-
	Diversidade racial	-
Fatores Físicos	Recursos hídricos	NO
	Recursos energéticos	NO
	Recursos minerais	NO
	Separadores naturais	NO



Síntese Conclusiva

Propusemo-nos neste capítulo fazer uma breve síntese histórica, tendo consciência da complexidade das dinâmicas políticas da época, nomeadamente a disputa territorial de África. Considerando a formação dos reinos bantos, a presença portuguesa na região de Cabinda e os processos que conduziram ao seu protetorado, podemos afirmar que a região é caracterizada por uma diversidade étnico-linguística que não corresponde às fronteiras políticas definidas. De facto, a região de Cabinda foi dividida entre portugueses e belgas, cortando a única ligação terrestre que tinha com o Reino do Congo (Angola).

No entanto, identificamos dois vetores que podem, de alguma forma, estar na base desta conflitualidade latente. Por um lado, apesar de serem reinos etnicamente semelhantes, a região de Cabinda é muito mais diversificada e com uma evolução histórica diferente. A esta última, está associada a participação de africano na defesa desse espaço. Por outro lado, a permeabilidade das fronteiras também teve um efeito particular nesta região, ampliando a sua diversidade étnica e aproximando ao Congo.

Assim, considerando a QD1: que fatores políticos, socioeconómicos, culturais ou físicos podem ter contribuído para um problema securitário em Cabinda entre 1883 e 1920, nomeadamente no processo de configuração do território de Angola? Entendemos que a diversidade étnico-linguística inicial, associada à permeabilidade das fronteiras, que fez alterar as configurações sociais, poderá estar na base das atuais reivindicações independentistas.



3. Movimentos Independentistas em Cabinda - Período 1921/1975

Em 1956, Cabinda foi incluída pelo governo colonial português no território da Província de Angola. Esta região passava assim a ser dirigida diretamente pelo governador-Geral de Angola, tendo suscitado o surgimento de vários movimentos de libertação locais à semelhança do que acontecia por toda a África, em particular em Angola. Alguns destes movimentos contavam com o apoio do Congo e do Zaire. O MPLA, por exemplo, tinha as suas bases no Congo Brazzaville e a FNLA no ex-Zaire. Quanto aos Movimentos independentista de Cabinda, também estes tiveram as suas bases nesses dois países vizinhos.

A partir dos anos 1960, Cabinda tornou-se palco da circulação de tropas portuguesas e dos movimentos de libertação. Por um lado, Portugal reforçava o seu dispositivo militar, por outro, a região servia de local de receção de recursos vindos de países socialistas, em particular de Cuba e da União Soviética, destinados aos movimentos de libertação angolanos. Na realidade, a inclusão de Cabinda no circuito dos movimentos de libertação angolanos teve um efeito pernicioso, contribuindo para a emergência de movimentos que reivindicaram e reivindicam Cabinda como um país independente, com base em seu estatuto de protetorado durante o início do período colonial.

Também a exploração de petróleo no offshore da província, ainda nos anos 1960, ampliou a relevância da região. Por um lado, acicatou os independentistas, vendo nos recursos energéticos a sua autonomia económica. Do lado angolano, também o fator económico teve impacto, pois seria sinónimo da sua entrada num novo circuito de investimento e projetos de desenvolvimento. Por outro lado, Cabinda seria uma região de confluência de vários interesses, aos quais se associavam agora o das grandes potências, como os Estados Unidos da América (Almeida, 2014).

Mas para além do impacto económico, a exploração de petróleo também dinamizou o fator social. Além da circulação de investidores, consultores e empregados estrangeiros qualificados ter aumentado, também uma parte da população Cabinda passou a circular entre a província e as zonas de exploração petrolífera, tanto em terra quanto em alto-mar, recrutados sobretudo para funções não especializadas. Para além desta evolução em termos sociais, o tecido social de Cabinda também se modificou com a entrada de imigrantes e refugiados dos dois Congos, bem como do retorno de refugiados angolanos, que procuraram segurança nos países vizinhos, durante as guerras de disputa pelo poder estatal (Muller, 2015).

3.1 A criação da FLEC.

Conforme referido anteriormente, com o surgimento de grupos nacionalistas na década de 1950 no território Angolano, também em Cabinda surgiram vários grupos, com maior destaque, para o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), em 1956, a Comissão de Ação da União Nacional dos Cabinda (CAUNC) em 1961 e, mais tarde, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), em 1963.



Figura 5 – Grupo de guerrilheiros da FLEC no interior, das matas de Maiombe (Cabinda)

Fonte: (Wordpress, 2014)

Estes movimentos, com uma expressão pouco agressiva, limitavam as suas ações à mobilização das populações cabindenses, de forma a promover a revolta contra a ocupação colonial Portuguesa. Essa ação tinha como público-alvo, na sua maioria, os refugiados.

Com os Acordos de Alvor, que materializam a independência de Angola, Cabinda não foi reconhecida como Estado independente, tendo os movimentos separatistas ficado de fora das negociações que conduziram à integração desta região no novo Estado de Angola (Gonçalves & Victor Oliveira, 2009). A FLEC passou então à ação armada, sob liderança de Nzita Tiago.



3.2 Assinatura dos Acordos de Alvor

Os Acordos de Alvor, de janeiro de 1975, formalizaram o direito da então colónia portuguesa de Angola ascender à independência e incluíram no espaço territorial angolano, o enclave de Cabinda, tornando este numa província angolana (Delgado, 1948). Segundo Delgado, o acordo “prévia a eleição de uma assembleia política disputada pelos três partidos políticos reconhecidos até aquela altura, que tinham por detrás três exércitos e três países cheios de ambições económicas, materiais, procurando justificar que outra solução seria inexequível”.

Além das disputas internas, estava em causa o apoio aos movimentos de três potências mundiais, em plena Guerra-Fria, em particular o MLPA, que era apoiado pela União Soviética, a UNITA pela África do Sul e, num plano de fundo a própria China, e a FNLA pelos Estados Unidos.

“Não apenas politicamente, mas com dinheiro, material e formação. Era um tabuleiro em que as grandes potências jogavam o xadrez ligado ao petróleo e aos diamantes” (Santos, 2015)

Esta afirmação de Almeida Santos, Fundador do Partido Socialista português, espelha bem a situação política vivida. Segundo este político, na altura foi proposto a Agostinho Neto, colega dos tempos da Universidade de Coimbra de Almeida Santos, uma reunião com os líderes dos três movimentos, à margem da cimeira de seis dias, que decorreu no Hotel Penina, em Alvor, no sentido de concertar posições e discutir uma solução (Santos, 2015).

O encontro prolongou-se pela madrugada e Almeida Santos transmitiu a sua oposição à solução encontrada.

"Com este esquema vocês vão continuar aos tiros...com um órgão de cúpula em que havia uma representação dos três movimentos, ou seja, dos três exércitos, que decisões é que eles iriam conseguir tomar? Como era possível conseguir uma maioria? O que ficasse em minoria desataria aos tiros".

Propôs então uma solução alternativa, que previa uma presidência rotativa. Cada um dos líderes assumia rotativamente o cargo de Presidente, de Primeiro-Ministro e de Chefe das Forças Armadas ou Presidente do Parlamento. A solução assentava ainda na criação de uma Constituição, que seria referendada e serviria para estruturar o novo Estado. As eleições realizar-se-iam apenas quando o país estivesse estabilizado e não antes da independência conforme estabelecido no Acordo de Alvor (Santos, 2015).



Segundo Almeida Santos, os três movimentos aceitaram, mas à saída, Agostinho Neto disse que tinha ainda de consultar o comité central do MPLA sobre a proposta. No dia seguinte a resposta foi negativa. Na realidade, o acordo já vinha pré-estabelecido pelos líderes dos movimentos pelo que Portugal não teve outra alternativa, senão assinar por baixo o que os líderes dos movimentos decidiram uma semana antes de Alvor, em Mombaça, no Quênia. Ainda segundo Almeida Santos na reunião de Mombaça, "...foi quase um milagre conseguir sentar os três líderes dos movimentos à mesma mesa, porque a guerra civil já estava no seu auge, principalmente em Luanda, onde já se estavam a matar uns aos outros".

Segundo este líder político, Portugal teve "um atraso mínimo de dez anos e máximo de 20" no processo de descolonização em relação a outros países como a França, a Inglaterra, Holanda ou a Bélgica e era preciso "encontrar uma solução" urgentemente. "As nossas tropas estavam saturadas da guerra, o que, de certo modo levou à revolução do 25 de Abril" e originou uma "psicose de pressa", refere, lembrando que, além disso, as tropas portuguesas estavam "à beira de uma derrota na Guiné-Bissau e em Moçambique, a situação estava a deteriorar-se cada vez mais". "Era um castelo de cartas. Sabia-se que quando caísse a primeira carta, cairiam todas as outras. Em resultado disso a descolonização foi feita em condições péssimas", refere (Santos, 2015).

A descolonização devia ter sido feita progressivamente, porque a própria opinião pública portuguesa "não estava preparada para um salto rápido" que implicava "a perda das colónias", mas isto gerou a desconfiança nos movimentos de libertação, que exigiram a negociação simultânea de um processo de paz (Santos, 2015).

A guerra colonial prolongou-se por mais alguns meses após o 25 de Abril, o que "agravou a revolta dos militares". "Não percebiam porque continuava a matar-se e a morrer", sublinha o deputado. "Gerou-se então um clima de indisciplina, já ninguém mandava em ninguém, já não havia respeito por qualquer tipo de ordem", uma situação "perigosíssima para quem tinha que negociar a descolonização", agravada pelo facto de ser necessário chegar a acordo "com três e não apenas um movimento de libertação". "Nas circunstâncias, o acordo de Alvor foi o acordo possível, em extremo de causa. No entanto, com este acordo, Portugal ganhou legitimidade para dizer "isto é um problema deles, fizemos o que tínhamos a fazer, agora entendam-se", destaca Almeida Santos. "De certa forma legitimámos a nossa saída".



3.3 Posição de Portugal em Alvor - Caso Cabinda

Da nossa análise pudemos identificar duas correntes distintas que enformam a problemática relativa a Cabinda.

A primeira, diz respeito ao primado da angolanidade, que predominou a perspetiva da política externa portuguesa sobre o “Caso Cabinda”.

Corroborando Bembe, entendemos que a exigência belga da saída para o Atlântico separou territorialmente Cabinda de Angola, tornando-se esta num Enclave, continuando a pertencer administrativamente como colónia portuguesa. No entanto, “esta situação vem alimentando equívocos que estão na base das atuais reivindicações independentistas em Cabinda, que não assentam em razões de geografia humana, mas de geografia política e económica” (Correia, 2004: 324 e 326, citado por Bembe, 2014).

Na prática, alguns autores tendem a fundar a sua tese nas reivindicações anteriores a de 1885, segundo as quais, o Enclave de Cabinda era parte integrante de Angola, mas também no vínculo administrativo de Cabinda a Angola e nos compromissos assumidos entre Portugal perante a ONU e a Organização da União Africana (OUA), que exigiam que na transferência do poder, fosse respeitada a integridade territorial das colónias.

Na verdade, em 1933, o Decreto-lei n.º 23.228 de 15 de novembro, aprovava a Carta Orgânica do Império Português. O seu art.º 1.º estatuiu serem oito as colónias portuguesas, designadamente Cabo-Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor, sem referência a Cabinda. Por sua vez, a Lei Orgânica do Ultramar Português n.º 2066, de 27 de junho de 1953, também refere na sua Base I, nos I e II, que o Ultramar português se compunha de oito províncias correspondentes à sua situação geográfica e à tradição histórica e que “a extensão e os limites de cada uma das Províncias Ultramarinas constavam da lei e dos tratados ou convenções internacionais que lhes digam respeito”. Ainda o Decreto n.º 40225 de 05 de junho de 1955 que aprovava o Estatuto da Província de Angola, confirmava o disposto no Decreto-lei 571/34 de 24 de fevereiro, que criava o Distrito angolano de Cabinda, ao enumerar no seu art.º 50º, n.º 1 “o Distrito de Cabinda, com sede em Cabinda”, de entre os 13 distritos de Angola. Concomitantemente, o novo estatuto político-administrativo de Angola foi aprovado pelo Decreto 45374, de 22 de novembro de 1963, fixando a existência de 15 distritos, continuando a manter o art.º 55º, nº 1º, alínea a) o de Cabinda, com sede na cidade de Cabinda.



Por outro lado, e como veremos, a Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral da ONU, aprovada em 15 de dezembro de 1960, a qual, no seu n.º 1., referindo os territórios não autónomos administrados por Portugal, de acordo com a Carta das Nações Unidas, afirmava, na alínea (e), “Angola, nela compreendido o enclave de Cabinda” (Bembe, 2014).

Não obstante, o então Governo Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, FNLA., MPLA e UNITA, reuniram em Alvor, entre 10 e 15 de janeiro de 1975 para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, no seu capítulo I, artigo 3º e 4º acordando o seguinte:

“Angola constitui uma entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos atuais e neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano. A independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu, expressamente designado”¹¹.

3.4 Análise de Fatores

Da nossa análise pudemos constatar que Cabinda, enquanto fonte de recursos energéticos e enquanto local de entrada de recursos em apoio dos movimentos independentista angolanos, em particular do MPLA, assumiu um carácter muito particular, quer durante o conflito, quer após o mesmo.

Em termos políticos, antes e durante o conflito, Cabinda esteve sempre associada a Angola, mesmo após a cedência à exigência belga de acesso ao mar, conferindo a Cabinda um carácter de enclave. O mesmo não se poderá dizer quanto à ideologia política. Na realidade e conforme referido, à emancipação angolana está associada a emancipação cabindense, estando o surgimento de movimentos independentistas naturalmente associados.

Culturalmente e Fisicamente, poucas alterações se verificaram, sendo de realçar as migrações para o litoral em função do desenvolvimento económico e da procura de trabalho na exploração petrolífera.

Socioeconomicamente houve registo de algumas alterações. Em termos sociais, este período foi muito agitado, logicamente associado à situação política que por seu lado teve impactos económicos. O facto da guerra, enquanto fenómeno social, ter sucedido em

Em anexo.



Angola, militarizou Cabinda que servia paralelamente, como plataforma de entrada de recursos provenientes de Cuba e da União Soviética para o MPLA. Aqui é visível a importância desta região ao qual se associa a relevância económica, com a descoberta de reservas de petróleo.

Quanto aos Acordos de Alvor, conforme pudemos verificar nas palavras de Almeida Santos, um dos intervenientes no processo, Portugal, agastado com as consequências do 25 de abril, pouco, teve a ver com as opções tomadas no mesmo, sendo que os três movimentos de expressão nacional angolana, já tinham uma ideia daquilo que pretendiam fazer. No caso particular de Cabinda, as resoluções da ONU e da OUA, no âmbito dos processos de descolonização, estabeleceram que integridade territorial das colónias fosse mantida, pelo que esta região foi sempre considerada como parte integrante do novo Estado de Angola.

Do apresentado, julgamos relevante referir que a inexistência de um sentimento de unidade nacional contribuiu igualmente para a existência de uma conflitualidade latente. Por este motivo, os movimentos independentistas iniciais tiveram um cariz tribal, local e não nacional, o que fez surgir vários grupos, como a Liga Nacional Angolana (LNA), o Comité Federal Angolano do Partido Comunista Português (CFAPCP), Angola Negra e a Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Portugal, o Partido de Luta Unida de Angola (PLUA), Movimentos Anticolonialista (MAC) e outros tantos, que mais tarde evoluíram para movimentos de expressão nacional, como foi o caso da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956, e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em 1966. De realçar que, ainda assim, as clivagens de carácter regional-tribal, no seio desses Movimentos subsistiram, o que veio trazer muitas crises de lideranças e deserções, em muitos casos até aos dias de hoje.

Tabela 4 – Fatores e indicadores

Fonte: autor

Fatores	Indicadores	2º Período
Fatores Políticos	Instabilidade Política	+
	Iniquidade Política	+
	Permeabilidade das fronteiras	+
	Apoio político externo	+
	Diversidade ideológica	+-
Fatores socioeconómicos	Estagnação económica	-
	Elevado Desemprego	NO



	Degradação Ambiental	NO
	Tensões Demográficas	+
	Iniquidade económica	NO
	Pobreza social	NO
	Corrupção	NO
	Insegurança	+
Fatores Culturais	Diversidade étnica	+
	Diversidade cultural	+
	Diversidade religiosa	-
	Diversidade racial	+
Fatores Físicos	Recursos hídricos	-
	Recursos energéticos	+
	Recursos minerais	+
	Separadores naturais	-

Síntese conclusiva

Neste capítulo propusemo-nos analisar os fatores político, socioeconómicos, culturais e físicos que, de alguma forma, podem estar na base das reivindicações independentistas de Cabinda, no período de 1921 a 1975.

Considerando a QD2: que fatores políticos, socioeconómicos, culturais ou físicos podem ter contribuído para um problema securitário em Cabinda entre 1921 e 1975, nomeadamente no processo que conduziu à independência de Angola?

É nosso entendimento que houve uma multiplicidade de fatores que contribuíram para a atual situação.

Desde a influência externa aos movimentos independentistas angolanos, que procuravam salvaguardar os seus interesses na região, à ausência de apoio externo à FLEC e a não inclusão da mesma, por esse ou outro motivo, nos acordos de Alvor, à fragilidade portuguesa, em função da intensa situação política interna, à urgência de uma decisão, todos estes fatores contribuíram para que não fosse possível refletir sobre as reais implicações das decisões tomadas e que, naturalmente, conduziu a uma guerra civil.



4. 3º-Período e o Processo de pacificação da Província - 1976 a 2016

Conforme referido anteriormente, após os acordos de Alvor, a FLEC passou à ação armada. As ações da FLEC ocorriam normalmente a partir do exterior do país, tratando-se de ações de sabotagem, na sua maioria, localizada em bairros periféricos das comunas mais recuadas, contra o governo do MPLA.

Porém, o Governo angolano tinha outras preocupações. Na realidade, o período que sucedeu a Independência foi bastante tortuoso, tendo Angola sido palco de uma longa guerra civil, que só teve o seu desfecho em 2002, com a derrota militar da UNITA.

A Guerra Civil Angolana foi um conflito armado, que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos, até 2002. Tratou-se essencialmente de uma luta pelo poder entre dois antigos movimentos de libertação, o MPLA e a UNITA, mas simultaneamente, a guerra serviu como um espaço de batalha “virtual” de uma Guerra-Fria, de forte envolvimento internacional, direto e indireto de forças opostas, como União Soviética, Cuba, África do Sul e Estados Unidos da América. O MPLA e a UNITA tinham raízes diferentes no tecido social angolano e lideranças incompatíveis entre si. Embora ambos tivessem tendências socialistas, os dois grupos posicionavam-se como "marxista-leninista" e "anticomunista", respetivamente, para mobilizar apoio internacional. Um terceiro movimento, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), lutou contra o MPLA junto com a UNITA durante a guerra pela independência e o conflito de descolonização, mas quase não teve um papel significativo na guerra civil.

A guerra, que durou 27 anos, pode ser dividida basicamente em três períodos de grande intensidade: 1975-1991, 1992-1994 e 1998-2002, intercalados por frágeis períodos de paz. O MPLA conseguiu a vitória em 2002, mas a custo de mais de 500 mil mortes e mais de um milhão de deslocados. A guerra destruiu inúmeras infraestruturas e prejudicou seriamente o funcionamento da administração pública e o tecido industrial e empresarial (Bembe, 2014).

Do ponto de vista militar, a província de Cabinda desempenhou um papel importante como plataforma logística de receção de todo equipamento militar vindo da União Soviética em apoio do MPLA.

Segundo Marques Guedes, a Angola pós-colonial é uma entidade moderna, produto da colonização e descolonização Portuguesa, que revela claramente dilemas resultantes da sua construção. Para tal contribuiu o fato de Portugal ter vivido um período político muito conturbado, pelo que é nosso entendimento que o processo de descolonização foi incitado desde a década de 1960, num processo de descolonização unilateralmente introduzido na



agenda internacional pelas Nações Unidas, contra a vontade da potência administrante, Portugal, que não acompanhou habilmente as mudanças da política internacional pós 1945. Na realidade, este período, de clara confrontação entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, era a favor das descolonizações à escala mundial, e que em muito veio contribuir para alimentar as já existentes divergências internas.

Apesar de em 2002, o conflito armado que opunha a UNITA e o MPLA ter terminado, a guerra não cessou na região de Cabinda.

Esta província, separada fisicamente do restante território nacional, tem registado desde 1975 confrontos entre o Governo Angolano e alguns movimentos independentistas de Cabinda, em particular uma guerrilha nacionalista encabeçada pela FLEC que reclama a independência do enclave.

Terminado o conflito entre o Governo e o partido UNITA, as autoridades angolanas, lançaram uma grande ofensiva militar no Enclave de Cabinda, tendo destruído as principais bases de refúgios da FLEC (Bembe, 2014).

Após o reforço do dispositivo militar na região e do governo angolano ter limitado a ação da FLEC às fronteiras, a própria organização independentista teve várias divisões no seu seio fragilizando-a enquanto movimento.

Em 2004, foi convocada a reunião inter-cabindês, ocorrida entre 23 a 29 de agosto em Emmaus (Helvoirt, Holanda). A 24 de agosto foi decidida a fusão da FLEC/Renovada e FLEC/FAC num só movimento político-militar. A 28 de agosto foi igualmente criado um novo organismo - Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), que congrega elementos ligados à FLEC unificada, à sociedade civil de Cabinda incluindo as Igrejas, no sentido de promover o diálogo e de responder ao imperativo da busca pela paz entre a FLEC e o Governo Angolano.

Se militarmente a FLEC não teve sucesso, em termos diplomáticos também não conseguiu granjear apoios da comunidade internacional, pelo que continuou com a luta armada, ainda que em menor escala. A luta armada protagonizada pela FLEC contra o governo angolano, fez com que várias populações se refugassem nos dois países vizinhos, o que influenciou negativamente o vetor socioeconómico da província, que na era colonial foi uma das melhores cidades que atraía turistas e comerciantes europeus.

Quanto ao processo que conduziu à promulgação do Tratado de Paz, o mesmo iniciou-se em 2003, quando alguns cabindas¹² criaram em Portugal a Associação do

¹² Entre eles padres que haviam sido expulsos da igreja católica angolana pelas atividades políticas desenvolvidas em Cabinda.



Tratado de Simulambuco (ATS), que apresentou a proposta de negociar um estatuto autónomo, ainda que não independente, para Cabinda (Almeida, 2014).

Foi através do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD), enquanto “interlocutor válido” para negociar a “Questão de Cabinda”, que a FLEC quis promover, junto do governo angolano, uma solução pacífica para pôr termo ao conflito que devastava o território do Enclave, há mais de vinte anos. No quadro desta nova estrutura, Nzita Tiago assume a presidência da FLEC e Bento Bembe é nomeado vice-presidente e secretário-geral executivo, saindo reforçado como presidente eleito do FCD.

A partir desta proposta de negociação com o governo Angolano, foram convocados todos os grupos identificados com as FLEC, e que levou à formulação de um Memorando de entendimento. No final de março de 2006, todas as atenções estavam centradas em Brazzaville, onde com o apoio da União Africana, as delegações do Governo de Angola e do Fórum Cabindês para o Diálogo mantinham contactos políticos, com vista à resolução do conflito em Cabinda e à efetivação da paz em toda extensão do território nacional angolano (Bembe, 2014).

Segundo o comunicado de imprensa de 25 de junho de 2006, divulgado pelo Gabinete do Porta-voz do presidente, José Eduardo dos Santos, foram delineadas seis formas práticas, concertada pelas partes, para a materialização do fim do conflito em Cabinda:

- A adoção, pela Delegação do Governo e pela Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo, de uma identidade política comum e de uma unidade de valores e princípios no que respeita ao fim do conflito naquela Província, que se consubstancie num compromisso político, tendo em conta a realidade nacional e baseado no perdão recíproco e na reintegração condigna na vida nacional;

- A reafirmação, pela Delegação do Governo e pela Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo, do respeito pela Lei Constitucional e demais legislação e preceitos legais em vigor na República de Angola, reiterando a aceitação inequívoca da República de Angola como Estado unitário e indivisível nos termos da lei, reconhecendo, porém, que no contexto nacional, a especificidade da Província de Cabinda torna necessário a observação de um Estatuto Especial para a Província, no quadro da governação provincial e da Administração Local do Estado, em conformidade com a lei;

- A reafirmação, pela Delegação do Governo e pela Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo, do compromisso com o Estado de Direito e as instituições democráticas da República de Angola, bem como com a paz e reconciliação nacional para a Província de



Cabinda e, consequentemente, rejeitando toda e qualquer tentativa de violação da ordem política e jurídico-constitucional vigente na República de Angola, condenando sem reservas, como criminosos, injustificáveis e inaceitáveis, todos os atos de subversão política e de terrorismo, por quem quer que sejam praticados em virtude de atentarem contra a lei e a ordem, destruírem vidas humanas e infraestruturas sociais e económicas do País

- A realização de conversações entre o Governo e o Fórum Cabindês para o Diálogo, com vista à conclusão de um compromisso para a paz e reconciliação nacional na Província de Cabinda, tendo-se estabelecido, para o efeito, a agenda, o local e o período das conversações;

- A responsabilização do Governo para a organização e asseguramento de todas as questões logísticas e técnicas indispensáveis à realização das conversações, incluindo o transporte dos membros da Delegação do Fórum Cabindês para o Diálogo para o local das conversações;

- A realização do encontro seguinte, entre a Delegação do Governo e a Delegação do Fórum Cabindês na localidade de Chicamba, Comuna de Massabi, Província de Cabinda, República de Angola, em 30 de junho de 2006, para tratar de questões inerentes à distensão militar, ao estacionamento de forças pelas Partes e ao início da organização e asseguramento logístico e técnico (Bembe, 2014).

Um dos resultados do Memorando, no sentido do reconhecimento da autonomia da província, foi o decreto de um “Estatuto Especial” à província, que previa mecanismos de desconcentração de poder e descentralização económica nas relações entre Luanda e Cabinda.

Segundo Virgílio de Fones Pereira, chefe da delegação governamental, “o processo de paz para Cabinda é sério, incontornável e atingiu uma fase absoluta de não retorno” (Pereira, 2006). Por sua vez, o presidente do FCD, António Bento Bembe, reiterou o compromisso no cumprimento dos acordos assinados, no quadro do processo de paz para a província nortenha de Cabinda. De acordo com Bento Bembe, terminada que estava a fase de negociações, seguiam-se o cessar-fogo, a assinatura do Memorando de Entendimento e a entrada em funcionamento da Comissão Conjunta.

No entanto, Henrique Nzita Tiago, presidente da FLEC, a que pertence o FCD, exonerou Bento Bembe do cargo de presidente do fórum, no decorrer do processo, no início do mesmo ano, mas os membros deste órgão decidiram, numa reunião em Kinshasa, (RDC) não acatar a decisão do Presidente do Movimento.



Analisando este “manifesto de intenções” podemos dizer que as partes assumiram um compromisso que salvaguarda a manutenção do Enclave ao resto do país bem como a conceção de um estatuto especial para o Enclave.

Mas olhando para a estrutura da FLEC unificada, ressalta-nos a ausência de uma entidade importantíssima no processo, o Presidente da FLEC. Este facto leva-nos a concluir que foi repetido a mesmo erro cometido durante assinatura dos acordos de Alvor de 1975, ou seja, para a promoção de uma paz duradoura, há necessidade de conduzir um processo inclusivo e participativo pelas lideranças das partes, para que estas sejam comprometidas e para que o povo possa ter confiança no processo, defendia assim o então, líder da bancada parlamentar do partido UNITA, Daniel Domingos *Maluka*, opinião partilhada, por António Muachicungo, do Partido de Renovação Social (PRS).

4.1. Enquadramento institucional do Fórum Cabindense para o Diálogo.

Tal como podemos observar nos pontos do comunicado, as partes reconhecem, a “República de Angola como Estado unitário e indivisível, democrático de direito”. Neste âmbito, foi definido um Estatuto Especial, que, segundo refere o documento, corresponde às “particularidades da província” no conjunto angolano.

Este último aspeto traduzia a necessidade da promoção de um modelo de governação para Cabinda “com especiais competências, nos termos do art.º 11.º do Decreto-Lei nº 1/07 de 2 de janeiro, onde o Governo da Província de Cabinda teria por atribuições, promover e orientar o desenvolvimento administrativo, económico e social da província, com base nas deliberações e opções do Governo Central e assegurar a prestação dos serviços comunitários locais”.

Refira-se das competências específicas, nomeadamente nos domínios do planeamento, hotelaria e turismo, da agricultura e desenvolvimento rural, da indústria, dos transportes, da assistência e reinserção social, das obras públicas, da energia e água, do urbanismo e ambiente, de saúde, da educação, da cultura, do empreendimento e do investimento privado (art.º 16º e 19º a 30º do EEC).

As linhas mestras do Estatuto pretendiam ainda o alargamento, o aprofundamento e uma maior racionalização dos poderes do “governo local” em relação às áreas financeiras, comerciais, tributária, aduaneira e portuária, com regimes e competências específicas (art.º 17º, 18º, 112º e 113º EEC), visando assim garantir a participação dos cabindas na administração do Estado angolano. (Bembe, 2014)



Na realidade, o Diploma que aprova o Estatuto Especial para Cabinda, promovia um figurino de governação, que passava pela cooptação variável de muitas das elites políticas de Cabinda.

Na prática, tratava-se de atribuir alguns cargos a quadros interlocutores de paz sob a égide do FCD, nos órgãos auxiliares do Presidente da República e Chefe do Executivo, no Governo Provincial e nas instituições públicas que compreendem a administração direta e indireta do Estado.

Privilegiava igualmente, a integração de alguns membros das Forças Militares da FLEC, nos três ramos das Forças Armadas Angolanas e na Polícia Nacional (Resolução nº-27-B/06: 5-8). Estes aspetos e finalidades tornaram indispensáveis, no quadro do EEC, dotar o Conselho do Governo da Província de Cabinda de poder deliberativo (art.º 32.º a 34.º), ao contrário das restantes 17 províncias, “como órgãos meramente consultivos dos respetivos governos” (Virgílio Fontes Pereira, 24JUL2006: ANGOP, citado por (Almeida, 2014) .

Um “novo” figurino verificava-se também no que toca ao alargamento do sistema de governação, que se pretendia participativo, através da inclusão de um “Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social” (art.º 40.º, 41.º e 42.º do EEC). Os integrantes passam a chamar a si o concurso de munícipes, ONG, autoridades tradicionais, representantes das associações sindicais, do sector empresarial público e privado, camponeses, Igrejas reconhecidas por lei, e outras entidades cuja presença o governador da Província de Cabinda considerar pertinente.

O Memorando propôs igualmente a aprovação pela Assembleia Nacional de um Projeto de Resolução relativo à “Lei de Amnistia”, incluindo o “cessar das hostilidades, a desmilitarização da FLEC e das organizações sob autoridade do FCD, a adequação do dispositivo militar das FAA em Cabinda e a reintegração condigna dos quadros provenientes do FCD na vida nacional”.

O diploma ordena “a extinção formal e definitiva” da FLEC e das demais organizações afetas ao FCD, bem como do FCD propriamente dito, e sua transformação em partido político nacional angolano (Resolução no 27-B/06: 5) (Mangovo, 2009).

Este efeito, assinalou um marco histórico, na vida das populações do Enclave, que viram no processo uma salvação para a realização dos seus Direitos, privados por muitos anos do conflito político-militar que opôs a FLEC ao governo Angolano (Mangovo, 2009).



4.2. Papel da sociedade civil no processo

Um “novo” figurino verificava-se também no que toca ao alargamento do sistema de governação, que se pretendia participativo, através da inclusão de um “Conselho Provincial de Auscultação e Concertação Social”. Porém, a sociedade civil Cabindense, é muito pouco interventiva, devidos as várias divisões existentes, nesta comunidade. A parte Sul da província, tida como mais próxima de Luanda, detém o monopólio das principais pastas quer no governo central quer no provincial. Por sua vez, a parte Norte sente-se marginalizada, tentando, contudo, ter algum protagonismo, mas que não encontra grande impacto.

Neste domínio, as fraturas tribais, religiosas, mas também baseadas nas trajetórias da diáspora e da própria origem de formação de base (francófona ou lusófona), das populações do Enclave, constituem-se com condicionantes da sua coexistência pacífica.

Assim, julgamos que um dos problemas de Cabinda reside na sua própria divisão interna por várias facções e na existência de graves divergências entre os seus políticos, retirando credibilidade internacional enquanto movimento.

4.3. Posição da Comunidade Internacional.

A posição da Comunidade Internacional, sobre o Enclave, resume-se nas resoluções da ONU e da OUA, nomeadamente a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU, de 14 de dezembro de 1960, que veio estabelecer no seu n.º 6, que qualquer tentativa dirigida à rotura total ou parcial da unidade nacional e da integridade territorial do país é incompatível com as intenções e princípios da Carta das Nações Unidas. Em dezembro do mesmo ano, ao identificar os territórios não-autónomos sob administração portuguesa a serem descolonizados, Angola foi nomeada; “Angola, incluindo o Enclave de Cabinda”. Como estabelece o n.º 1., da Resolução 1542 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada no dia 15 de dezembro de 1960.

Neste âmbito, podemos também referir que por diversas vezes, alguns membros da FLEC tentaram fazer chegar o problema do Enclave de Cabinda ao Conselho de Segurança da ONU, mas sem sucesso.

Ao que nos foi possível apurar, para a ONU este é um problema interno de Angola.



4.4. Situação atual no enclave de Cabinda

Quanto a atual situação securitária do Enclave, esta é considerada estável desde a assinatura do memorando de pacificação, uma vez que não se têm verificado quaisquer ações militares ou com emprego de armas. Esta aparente acalmia, tem permitido a circulação de pessoas e bens, quer dentro da província, como fora para países vizinhos, assim como a construção de infraestruturas de impacto social. Ainda assim, como já referimos, à complexidade do próprio processo, estão associadas lacunas no mesmo por nós identificadas, que tiveram consequências na insatisfação por parte das FLEC.

Por esse motivo, desde entrada em vigor do memorando de entendimento do Namibe, a 01 de agosto de 2006, que a partir dos países vizinhos, nomeadamente da RDC e do Congo Brazzaville (RCB), a FLEC apresenta as suas exigências independentistas e procura realizar atos de assalto armado, que vêm a ser considerados, pelo Governo angolano, como atos terroristas por, não visarem alvos militares, mas sim alvos civis. Esta situação fez com que o dispositivo de segurança ao nível provincial fosse reforçado, sobretudo depois do atentado à seleção de futebol do Togo, em 2010, a escassos metros com a fronteira Congoleza.

Assim sendo, cumpre agora apresentar na tabela nº4 a nossa avaliação quanto aos fatores em análise.

4.5 Análise de Fatores

São vários os fatores que podemos enunciar que estão de alguma forma ligados á atual situação securitária em Cabinda. Por um lado, a instabilidade política inicial e que conduziu a uma guerra civil. Como em tantas outras, também esta teve um efeito nefasto na economia angolana, o que produz insatisfação social. Cabinda neste processo teve um papel diferente, o que poderá ter também contribuído para uma diferença na posição como encara o conflito entre o MPLA e a UNITA. Por outro lado, a frágil condução do processo de paz, associada à própria complexidade étnica e social de Cabinda, não permitiu por fim às reivindicações da FLEC. Na realidade, se olharmos para o 1º período, são várias as tribos que não vêm legitimidade das fronteiras nem nas políticas que lhe são impostas, seja por europeus e africanos. De alguma forma, estas questões latentes emergem quando associadas a outros fatores, nomeadamente os que criam insatisfação social, como a segurança e a economia.

**Tabela 5 – Fatores e indicadores**

Fonte: autor

Fatores	Indicadores	3º Período
Fatores Políticos	Instabilidade Política	-
	Iniquidade Política	+
	Permeabilidade das fronteiras	+/-
	Apoio político externo	NO
	Diversidade ideológica	+
Fatores socioeconómicos	Estagnação económica	+
	Elevado Desemprego	+
	Degradação Ambiental	NO
	Tensões Demográficas	-
	Iniquidade económica	+
	Pobreza social	+
	Corrupção	NO
	Insegurança	+/-
Fatores Culturais	Diversidade étnica	+
	Diversidade cultural	+
	Diversidade religiosa	NO
	Diversidade racial	+
Fatores Físicos	Recursos hídricos	-
	Recursos energéticos	+
	Recursos minerais	+
	Separadores naturais	

Síntese conclusiva

Neste período, podemos perceber que, o Governo angolano, politicamente, tinha outras preocupações, que só terminaram em 2002.

Na procura de solucionar rapidamente o problema a Norte, o governo angolano promoveu uma série de ações militares no sentido de eliminar a oposição apresentada pelas FLEC/FAC. Porém, é reconhecido que este problema só terá fim através de uma resolução política, onde sejam tidas as opiniões de todos os intervenientes do processo.

Considerando a QD 3: que fatores políticos, socioeconómicos, culturais ou físicos podem ter contribuído para um problema securitário em Cabinda entre 1976 e 2016 e em que medida o processo de pacificação de 2006, entre o Governo angolano e as FLEC respondeu às reivindicações apresentadas por estes últimos e contribuiu para a pacificação da região?

Podemos referir que este período reflete diferenças ideológicas profundas entre o governo angolano e a FLEC, que fomentam e exploram as já existentes diferenças tribais e os desafios de um novo Estado, com uma administração pública e tecido empresarial



destruído. No entanto, é igualmente relevante referir que no Processo de Pacificação, foram cometidos alguns erros, que importa visitar e corrigir, pois só assim, se poderá colocar um fim na questão de Cabinda.



5. Análise de Fatores

5.1 Fator Político

Neste capítulo propusemo-nos analisar apenas o período compreendido entre 1976 e 2016, em particular os acordos de paz estabelecidos entre as autoridades angolanas e o Fórum Cabindense para o Diálogo.

Estes acordos representam o culminar de um processo, que permitia a Cabinda, enquanto província, um estatuto especial, de que destacamos a integração de ex-combatentes das FLEC, nos órgãos de Defesa e Segurança assim como na Administração Pública.

Não obstante, fruto do memorando de entendimento assinado entre as partes e consequente estabilidade política em toda extensão da província, surgiram novas forças políticas, como por exemplo o CASA-CE e o PRS que antes não tinham representação nessa província.

5.2 Fator Socioeconómico

Segundo o Banco Mundial, o nível de crescimento económico de um país, varia na razão inversa da probabilidade que este país possui para a eclosão de um conflito.

Os resultados desses estudos evidenciam que um país com um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 250 USD possui cerca de 15% de probabilidade de registar um conflito violento num período de 5 anos. Essa probabilidade de ocorrência de conflito é reduzida para metade, para países com PIB per capita de 600 USD. Por sua vez países com um rendimento de 1250 USD suportam uma probabilidade inferior a 4% e, finalmente, aqueles cujo rendimento per capita excede os 5000 USD deparam-se com menos de 1% de probabilidade de virem a enfrentar uma guerra civil.

Como causas avançadas para esta estreita conexão ou, pelo menos, aparente correlação, (Feron & Latain, 2002) sugerem que tal sucede devido ao facto de os países mais ricos possuírem melhores condições para proteger os seus bens o que desmotiva potenciais rebeldes. *Homer-Dixon*, em 1994, defende que a pobreza conduz à violência e salienta situações em que a escassez conduz aos movimentos migratórios os quais, por sua vez, resultam em intensas disputas entre grupos identitários pelo controlo dos recursos (Brito, 2015).

Olhando para Angola, em particular Cabinda, alguns dos fatores apresentados anteriormente, sugerem-se como potenciais para a atual situação securitária do Enclave.

Outro fator poderá estar associado às iniquidades económicas. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano, as desigualdades horizontais entre grupos e regiões geram



ameaças de vária ordem, uma vez que podem conduzir à perceção, nem sempre justificada, que o poder do Estado está a ser utilizado em benefício de determinados grupos relativamente a outros (Dixon, 2006). De facto, esta tem sido uma das justificações apontadas pela FLEC, o que nos remete para o surgimento de conflito, justificando a busca de justiça social.

O Relatório acrescenta ainda que, na prática, o ato se verifica quando as desigualdades horizontais e verticais interagem, sendo que o fator decisivo para a eclosão dos conflitos reside nas complexas tensões políticas e económicas desenvolvidas ao longo de várias gerações (Brito, 2015).

Assim sendo, julgamos que o fator socioeconómico, associado ao próprio desenvolvimento de Angola enquanto Estado e a possíveis iniquidades económicas, poderá estar também associado à conflitualidade em questão.

5.3 Fator Cultural

O fracionamento étnico-linguístico, por si só, não é condição suficiente para a ocorrência ou deflagração de um conflito armado; do mesmo modo, uma governação ineficaz, só por si, não implica, necessariamente, a ocorrência de um conflito violento. Contudo, se associarmos estes fatores à pobreza e ao subdesenvolvimento, então teremos, verdadeiramente, um “barril de pólvora” e todas as condições que favorecem a deflagração de uma guerra civil ou de qualquer outro tipo de conflito armado (Brito, 2015).

Entre o conjunto de fatores analisados nesta fase concluímos que, culturalmente, poucas alterações se verificaram. Africa é um mosaico de muitas culturas e Angola em particular, não foge à regra africana. No entanto, podíamos realçar as migrações para o litoral em função do desenvolvimento económico e da procura de trabalho na exploração petrolífera, bem como o evoluir de algumas ceitas religiosas que começam a ter um espaço cultural dentro da sociedade Cabindense, que antes não tinha, proveniente de países vizinhos, como a RCB e a RDC, mas associando aos discursos dos líderes dos movimentos, não nos foi possível identificar qualquer questão cultural ou étnica. O mesmo não se poderá dizer dentro das próprias organizações, onde as afinidades entre grupos são mais evidentes.

Assim, podemos dizer que o fator cultural poderá não estar associado à conflitualidade em análise.



5.4 Fator Físico

Por último, e talvez o mais relevante entre todos os fatores de risco que se encontram potencialmente na origem de conflitos violentos, é sobre a dependência de alguns países relativamente à exportação de recursos naturais de grande valor. Constituem-se como exemplo o petróleo, ouro e diamantes (Brito, 2015). De facto, a abundância de recursos naturais no Enclave, poder-se-á constituir como um motivo para a sucessiva eclosão e perpetuação da conflitualidade no Enclave.

Angola é um país rico em recursos, tendo conduzido o país, ao longo da última década, a um elevado crescimento económico. Contudo, a disputa pelo controlo das rendas provenientes da exploração destes recursos, associadas a alguns episódios de corrupção e à iniquidade na distribuição de riqueza, alimenta sentimentos separatistas e independentista, contrários a uma convivência pacífica.

Porém, se o problema de Cabinda se constitui como uma preocupação para o governo angolano, esta questão é ampliada pela possibilidade de se poder expandir a outros locais do país, sobretudo às províncias mais ricas, como é o das duas Lundas, Norte e Sul, apresentando sinais semelhantes ao Enclave, cujo desenvolvimento destas, está aquém da realidade das outras províncias do interior e sul do país.

Da nossa análise, podemos referir que Cabinda constitui-se como um ponto de convergência e divergência de vários interesses, quer nacionais, como internacionais, dado o seu potencial em recursos hídricos, energéticos e minerais; o que nos leva a concluir que o fator físico nesta fase em conexão com o fator socioeconómico e político, são os principais impulsionadores da atual situação do Enclave.



Conclusões e recomendações

As conclusões aqui registadas pretendem apresentar a ideia global da investigação que foi realizada. A relevância da mesma prende-se com a atualidade do tema, em função das últimas declarações de Nzita Tiago, líder da FLEC/FLAC, em fevereiro de 2016, bem como pela duração da controvérsia.

Conscientes da sensibilidade do tema, procurou-se abordar o mesmo através de um modelo de análise que permitisse identificar as causas associadas ao conflito, de forma a contribuir para o desenvolvimento de uma solução que atue sobre os mesmos, conferindo-lhe um carácter duradouro.

Com efeito, considerámos como fio condutor desta investigação a seguinte questão central: **Que fatores podem ter conduzido à atual situação securitária em Cabinda e que mantêm um conflito latente nesta região de Angola entre as autoridades angolanas e a direção da FLEC?**

A sua versão final resultou, principalmente, da interação com a fase de exploração, na qual foram realizadas leituras e algumas entrevistas exploratórias, fundamentalmente para a recolha de informação das várias perspetivas que o tema sugere, no sentido de perceber que abordagem poderia ser feita, enquadrada no estudo da gestão de conflitos.

Depois de construído um modelo de análise que permitisse sustentar o objetivo geral que definimos, estruturámos o trabalho de acordo com três períodos de análise, que nos parecem ser mais relevantes na história contemporânea de Angola enquanto Estado. Assim, procurámos identificar fatores políticos, socioeconómicos, culturais e físicos, que de alguma forma contribuíssem para a geração de um conflito, no período de 1883 a 1920, de 1921 a 1975 e, de 1976 a 2016.

No primeiro período, verificámos que da região ocupada pelos povos Bantos, faziam também parte:

- Ngoyo, Cacongo e Loango, situados junto à costa Atlântica, a Norte do estuário do Rio Congo (Cabinda);
- A região de Matamba, atravessada pelo vale do Cuango a Sudeste, e a região de Ndongo, que incluía quase toda a parte central do território da atual Angola, de ambos os lados do Rio Cuanza.

Deste período podemos destacar a forte tendência independentista do povo bacongo, de onde o povo Cabinda é originário. De facto, este povo guerreiro dominava já a técnica de transformar o ferro ganhando superioridade do domínio territorial, em relação aos outros reinos. Sabe-se também que, muito antes dos povos europeus chegarem, o Reino do



Congo se desmembrou em pequenos reinos, fruto de várias clivagens entre si, sendo depois integrados, sob domínio português, embora com novas configurações territoriais.

Quanto ao segundo período que nos propusemos analisar, verificámos que as novas configurações territoriais que referimos anteriormente não promoveram uma conflitualidade por si só, mas sem um sentimento de unidade nacional e acicatadas pelos movimentos independentistas que se propagaram por toda a África, originaram vários desses movimentos em Angola, e naturalmente em Cabinda também. Contudo, se o MPLA, a UNITA e a FNLA viam o espaço territorial de Angola como uno, a FLEC via o seu próprio espaço, assente em relações com ambos os Congo, com os quais etnicamente se identifica, e numa economia assente nos recursos energéticos que detinha. Porém, a falta de apoio internacional foi evidente, conduzindo-a de novo a Portugal. No entanto, em função das pressões internas, das OI e das grandes potências, seria impossível a Portugal conferir um estatuto de protetorado a esta região. Neste quadro, coube a Cabinda a sua integração no território angolano do qual já fazia parte.

Concomitantemente, quer no quadro da Administração portuguesa, quer no quadro governativo angolano, Cabinda sempre procurou obter um tratamento distinto das outras províncias de Angola, inicialmente como protetorado e, mais tarde, com um estatuto especial.

Ainda neste período, cabe destacar os acordos de Alvor, onde a posição assumida por Portugal, enquanto potência colonizadora, declara que Angola constitui uma entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos atuais e neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano. Essa declaração assumida por Portugal, no quadro do estabelecido pela ONU relativamente aos processos de descolonização, legítima a posição defendida por Angola em relação ao Enclave de Cabinda.

Relativamente ao terceiro período, para além dos fatores socioeconómicos, julgamos que a existência do conflito pode também estar associada às divisões internas nos movimentos independentistas. Percebemos que são as divisões no seio do Movimento Independentista e sociedade cível Cabindense, que tornam mais difícil o seu reconhecimento internacional. Mesmo na década de 1960 foi notória essa divisão, o que levou que muitos Nacionalistas Cabindenses fossem se afiliar nos três movimentos independentistas angolanos, e esses, sobre tudo os filiados no MPLA, têm uma opinião completamente divergente em relação ao da FLEC. Também durante a nossa investigação,



foi possível identificar que a relação entre as duas sub-regiões Cabindenses, não é pacífica, sendo o Sul mais próximo de Luanda e o Norte mais afeto ao Congo.

Considerando o conceito de futuro desejável e aceitável de Silva Ribeiro, concluímos que à atual situação tenhamos de aceitar um futuro desejável, ou seja, aquele que é considerado como melhor para Cabinda, nomeadamente a mais conveniente, constitui-se como a contínua integração do enclave no espaço nacional, reconhecendo a sua especificidade, em relação as outras 17 províncias Angolanas.

Na verdade, a implementação de um futuro desejável já foi tentada através do FCD. Para isso, o Governo Central comprometeu-se a assegurar, em cooperação com o Governo da Província, o desenvolvimento administrativo, económico e social de Cabinda, considerando as suas potencialidades e a necessidade da superação das assimetrias decorrentes da especificidade geográfica. A solidariedade nacional vinculava ainda o Estado, a garantir as condições para ultrapassar as consequências da situação de Enclave e a sua melhor integração gradual no espaço nacional num quadro de interdependência económica e financeira.

Todavia, conforme referido anteriormente, a realidade observada no terreno tende a demonstrar o inverso. A falha das autoridades angolanas para atenuar os sentimentos independentistas em Cabinda, foi evidente com a persistência da convivência menos pacífica entre uma parte da FLEC e o Governo, que encontra um terreno fértil, nomeadamente:

- No menor impacto social das estratégias e políticas adotadas na região;
- No subdesenvolvimento político, económico e social do Enclave;
- No consumado estado da pobreza e vulgarização de condições de vida da maioria das populações cabindenses;
- Na degradação e insuficiência das infraestruturas básicas, de meios técnicos, de recursos humanos qualificados na província; isso confirma-se de acordo os fatores que analisamos, já apresentados ao longo do nosso trabalho.

Deste modo, o nacionalismo de dissociação exprime-se com vigor renovado, precisamente no momento em que os cabindenses, afeto a FLEC, se sentem excluídos nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão dos destinos da própria Província e, na ausência de reformas eficazes que promovam sistemas de participação e representação que consolidem e ampliem os mecanismos da sua integração no processo democrático angolano. Apesar de reconhecermos que ao nível da estrutura central podemos constatar



vários dirigentes naturais de Cabinda a ocuparem lugares de direção, estes foram ocupados não no quadro do Memorando, mas no quadro legal existente desde 1975.

Mas para que esta situação possa ser atenuada, é necessário atender a todos os intervenientes, e em particular que o Governo angolano vá ao encontro do estabelecido no art.º 11.º do Decreto-Lei nº 1/07 de 2 de Janeiro, conferindo ao Governo da Província de Cabinda um estatuto especial, dotado da responsabilidade de promover e orientar o desenvolvimento administrativo, económico e social da província, com base nas deliberações e opções do Governo Central e assegurar a prestação dos serviços comunitários locais.

O Memorando de Entendimento para a Paz e Reconciliação para a Província de Cabinda, assinado em agosto de 2006, foi apresentado não como um simples compromisso de paz e reconciliação nacional, mas também como promessa de desenvolvimento socioeconómico e cultural e de crescente influência política para os cabindenses. Logo é importante que se ponha em prática os compromissos assumidos, de formas a atenuar o atual estado.

O novo Estatuto consagrado, embora pretendesse fomentar a partilha de decisões entre o Governo central e Provincial, na prática não passou de uma mera declaração de intenções, pois, o conjunto de áreas em que o governo de Cabinda deteria competências especiais de âmbito específico, que incidia sobre questões de administração local do Estado. Decorrido 11 anos desde assinatura do memorando de entendimento, continuam, paradoxalmente, na esfera de decisão da competência exclusiva do governo central.

Analisando o processo de paz no enclave de cabinda, conclui-se, que; a ausência do principal líder da FLEC/FAC que era uma peça importante no processo, demonstrou em alguma fragilidade no processo. Pessoas contatadas por nós afirmam isso mesmo que a presença, Nzita Tiago era fundamental, pelo facto do interlocutor por parte da FLEC, à dada altura, ter sido exonerado pelo Nzita Tiago.

Para atenuar esse ambiente, seria importante que as populações se revissem na administração local, num modelo em que o consolidassem, garantindo a sua constante participação na distribuição da riqueza que veem a ser exportada para o estrangeiro, quando a província se depara com sérios problemas de acesso a água potável, a saúde, energia, em fim a falta de condições mínimas, para satisfação das suas necessidades básicas. Se a participação pública assumisse como ponto de partida essencial a eleição de representantes para cargos governativos, locais, conforme a lei das autarquias, poderia dizer-se que ela assumiria um grau muito elevado quando aos cidadãos são permitidos



participar ativamente nos processos de planeamento, tomada de decisão e gestão dos bens por eles produzidos. É aconselhável, portanto, que todas as reformas mantenham sistemas de representação que consolidem e se possível que reforcem os atuais mecanismos de integração dos cidadãos no processo de gestão democrática, o que passa necessariamente na realização de eleições autárquicas em todo território Nacional e a conceção de um estatuto especial para o Enclave.

Face ao exposto, consideramos que foram atingidos os objetivos da nossa investigação concluindo que os fatores por nós analisados, estão na base da situação atual; entre ausência de paz e de conflito: Perspetiva securitária sobre o Enclave de Cabinda, o, que nos aconselha propor, que o Governo Angolano, deva continuar a desenvolver as suas capacidades políticas de resolver essa contenda que a opõe ao grupo independentista de Cabinda dentro dos compromissos assumidos no quadro do memorando de entendimento do Namibe e da Constituição da República Angola.



Bibliografia

- Almeida, E. C., 2014. O difícil processo de Definição de Fronteiras e pertença Politico-identitárias no Debate de Cabinda. *Revista do Caderno de Estudos Africanos*, 2(O difícil processo de Definição de Fronteiras e pertença Politico- identitárias no Debate de Cabinda), p. 4.
- Almeida, R. d., 2006. ANGOP. *Jornal de angola*, 1º-(declararação do memorando de entendimento do Namibe de 2006).
- Amador, P. A. B., 2017. Pedroços Lisboa: IUM.
- Barroso, L. M., 2014. A Segurança: uma aproximação concetual. Em: *Estudos de Homenagem Abel Cabral Couto*. Pedrouços: Fronteira do Caos, pp. 253-272.
- Bembe, M. C. D., 2014. *Partilha do poder no Enclave Angolano de Cabinda*. 1ª- ed. Lisboa: Portuguesa.
- Bernardino, L., 2008. *Revista Militar*. [Online]
Available at: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/354>
[Acedido em 17 janeiro 2016].
- Borges, J. V., 2013. *O Terrorismo Transnacional e o Planeamento Estratégico de Segurança Nacional dos EUA*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Brito, I. d., 2015. Recursos Naturais e Guerras Civis. Em: CEAD, ed. *A Economia dos Conflitos Violentos em Afri*. Lisboa: Linha de Investigação em Africa e Lusofonia /UEICTS e CEAD-Universidade Lusofona de Humanidades e Tecnologias, p. 09.
- Buzan & Hansen, B. e. L., 2009. *The Evolution of International Security Studies*. s.l.:Cambridge University Press.
- Buzan, B. & Wæver, O., 2003. *Review: Regions and Powers: The Structure of International:Security*Cambridge:Cambridge University Press.Available at: <http://www.diplomaticourier.com/news/topics/diplomacy/1368-interview-dr-joseph-nye-jr>
[Acedido em 11 fevereiro 2015].
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia Vol I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Dalichau, O., 1980. Historia de Angola. *Rede-Angola-Noticias* , 5 Agosto, p. 139.
- Damba, M., 2009. Historia do Municipio da Damba e a historia do Congo. *Portal da Damba e da Historia do Congo*, 2(Historia do Municipio da Damba e a historia do Congo, p. 10).
- Delgado, R., 1948. *Historia de Angola*. Da tipografia do jornal de Benguela ed. Benguela/ Angola: Da tipografia do jornal de Benguela.



- Dixon, H., 2006. *Recensão Crítica do livro 'O ASCENDENTE DO BAIXO - CATASTROFE, CRIATIVIDADE E RENOVAÇÃO DA CIVILIZAÇÃO'*. 02-1994 ed. Lisboa: EPPDA.
- Expresso,J.,2016.*Expresso*. [Online]
- Available at: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-02-18-FLEC-anuncia-retoma-da-via-militar-em-Cabinda> [Acedido em 13 janeiro 2017].
- Feron, A. & Latain, F. L., 2002. *Teorias políticas Contemporaneas*. 01-2016 ed. Portugal: Documenta.
- Fisas, V., 2004. *Processo de paz e negociações em conflitos armados*. PaiodosIberica, S.A; ed. Barcelona: Mariano Cubi,92-08021 Barcelona <http://www.paiodos.com>.
- Giddens, A. & Philip W.Sutton, G. W., 2016. *Conceitos essenciais da Sociologia*. Sociology, 7th Edition ed. Alemanha: Unesp, Sociologos.
- Gonçalves, P. & Victor Oliveira, G. O., 2009. Distrito de Cabinda Geografia e Historia. *Distrito de Cabinda Geografia e Historia*, 06 Outubro, p. 8.
- Guedes, A. M., 2004. *Estudos dos sistemas juridicos africanos*. 6 ed. Lisboa: porto.
- Lara, A. d. S., 1993. *Colonização moderna e descolonização*. 4ª- ed. Lisboa: Porto.
- Leandro, G., 1994. *Estrutura de acção: Guerra classica, guerra Limitada e guerra subversiva..* Lisboa Instituto de Defesa Nacional IDN, IDN.
- Lippmann, W., 1943. *U.S. Foreign Policy*. Washington: s.n.
- Mangovo, P., 2009. *Governança local e estatuto especial*. 1 ed. Lisboa: ULHT.
- Muller, P. R., 2015. *Historicidade, Pós -Colonial e Dinamica das tradições(Etnografia e mediações do conhecimento em Cabinda-Angola*. 2015 ed. Rio Grande do Sul-Brazil: UFRGS.
- Oliveira, E. d., 2014. Reflexao teorica sobre ,de paz e seu enquadramento social. *ONLINE Noticias Moçambique*, 2(Reflexao teorica sobre ,de paz e seu enquadramento social), p. 3.
- Pereira,V.d.F.,2006.*ANGOP*. [Online]
- [Acedido em 15 08 2016].
- Quitexes.[Online]
- Available,at:<http://quitexe-historia.blogs.sapo.pt/2010/04/>
- [Acedido em 03 06 2017].
- Ribeiro, A. S., 1998. O processo da liberdade. Em: HRGS, ed. *A terra prometida*. URGs:- IMRGS, pp. 148-153.
- Romano, H., 1997. *Elemento para uma analise Antropologica*. 3 ed. Lisboa: Lisboa.



- RTP NOTÍCIAS, 2006. Processo de aquartelamento dos 500 és combatentes da FLEC .. *Agencia Lusa*, 19 Julho, pp. --.
- Rudzit, G., 2005. O debate teórico em segurança internacional. *Civitas*, jul-dez, pp. 297-323.
- santos,A.A.,2015.*fonte Lusa*. [Online] Available at: <URL> [Acedido em 26 03 2017]. www.lusa.pt.
- Silva, C. J. d. M. e., 2004. Contribuição para o estudos da regioao de Cabinda. *Folha de Sao Paulo*, 30 Agosto, pp. 146-147.
- Sousa, J., 1999. *Kuacha Angola*. 1ª- ed. Luanda: Luanda Editora.
- Tomé, L., 2010. Segurança e Complexos de Segurança: Conceitos Operacionais. *JANUS.NET, e-journal of International Relations ISSN: 1647-7251*, 1.nº1(Segurança; Complexo de Segurança; Relações Internacionais; Teoria; Conceitos), pp. pp39-40.
- Vansina, J., 1985-556. *Expassao da lingua africana bantu*. Madison ed. Alemanha: Universidade de Wesconsin Madison.
- Vansina, J., 1985. *Expassao da lingua africana bantu*. Madison ed. Alemanha: Universidade de Wesconsin Madison.
- Weeler, D. & Rene Pelissier, W. P., 2013. *Historia Real de Angola*. 1ª- edição de bolso: fevereiro 2011, 1ª- reempresao Junho de 2013 ed. Lisboa: Guide Artes Graficas.



Anexo A - Tratado de Chinfuma, 29 de setembro de 1883

Acta:

Aos 29 dias do mês de Setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1883, no morro de Chinfuma, em Lândana, na costa ocidental de África, achando-se reunidos como representantes por parte do governo português o capitão-tenente da armada Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal, e pela dos Povos que habitam os territórios de ambas as margens do rio Cacongo, os Príncipes e mais Cavalheiros, atuais Chefes e Governadores dos mesmos Povos, que por todos os presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, juntamente com os negociantes portugueses e estrangeiros, donos das casas comerciais estabelecidas em Lândana, Chiloango e margens do citado rio, os quais se prestaram a assistir a esta reunião como testemunhas dos atos que nela se praticassem, Robert F. Hammick da canhoneira inglesa Flirt, e o gerente da casa Hatton & Cookson R. E. Demet, foi pelo referido comandante, declarado que tendo alguns Chefes manifestado desejos de pedirem a proteção de Portugal, sob cuja soberania queria ficar, por ser a nação com a qual mantinham mais e constantes relações, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, desde que europeus haviam pisado território de África para o sul do Equador, ele comandante vinha agora munido de plenos poderes que lhe tinham sido conferidos pelo governo de sua majestade El-Rei de Portugal, a fim de fazer um tratado que, depois de assinado e aprovado por ambas as partes contratantes, estabelecesse as futuras relações entre Portugal e os Países Governados pelos Chefes que assinassem.

E tendo os Príncipes e mais Cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar com a sua assinatura um documento pelo qual ficasse bem autenticado o protetorado e soberania de Portugal sobre todos os territórios que se estendem do rio Massabe até Malembo, se discutiram e aprovaram onze artigos de um tratado que depois de lido e explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do país, foi por todos assinado.

E para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas nesta solene reunião, se lavrou esta ata, que vai por todos assinada, ficando junto ao tratado, do qual se tiraram cópias devidamente certificadas e seladas com o selo usado nos documentos oficiais da corveta rainha de Portugal, e entregues aos principais Chefes, Tali-e-Tali, Príncipe Regente do Reino de Kakongo, Mancoche, Rei do Encoche Luango, António Tiaba da Costa, Governador de Massabe, digo António Tiaba da Costa, Regente do Reino de Chinchôcho, representando a Rainha Samano; Mangoal, Príncipe Regente do Mambuco Manipolo; António Tiaba da Costa, Governador de Massabe, representantes de Chefes dali,



que receberam também a bandeira portuguesa para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que fossem cedidos ao governo português, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da soberania e protetorado de Portugal sobre os territórios por eles governados. Morro do Chinfuma, 29 de Setembro de 1883 Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal

- + Sinal do Príncipe Tali-e-Tali.
- + Sinal do Rei Mancoche.- A. Tiaba da Costa.
- + Sinal do Príncipe Mambuco.+
- + Sinal de Matanga do Tenda
- Cristiano Frederico Krusse Gomes,
1º- Tenente da armada.
- Aquiles de Almeida Navarro, facultativo naval de 1ª- classe
- João Rodrigues Leitão Sobrinho, negociante em Lândana.
- William Rattray, Chiloango.
- Pedro Berquó, guarda-marinha.
- Fidel del Valle.
- António Nunes Serra e Moura, oficial de fazenda da Armada.



Tratado

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comendador de Avis e cavaleiro de várias Ordens, comandante da corveta rainha de Portugal, delegado por parte do governo de sua majestade El-Rei de Portugal, concluiu com os Príncipes Tali-e-Tali, Regente do Reino de Kakongo, Mancoche, Rei do Encoche-Luango, António Tiaba da Costa, Regente do Reino de Chinchôcho, representante da Rainha Samano e Mangoal, Regente do Mambuco, e seus Sucessores, bem como os mais Chefes dos territórios que do no Massabe se estendem até Malembo, na Costa Ocidental de África, o seguinte:

Artigo 1.' - Os Príncipes e mais Chefes do País, e seus Sucessores, declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protetorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Artigo 2.' - Portugal reconhece os atuais Chefes e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e Proteção.

Artigo 3.' - Portugal obrigasse a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu protetorado.

Artigo 4.' - Aos Chefes do país e seus Habitantes será conservado o Senhorio directo das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses.

Artigo 5.' - A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o governo português obrigado a Proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

Artigo 6.' - Os Príncipes e mais Chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4-'.

Artigo 7.' - Igualmente se obriga a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas e científicas que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim, como o desenvolvimento da agricultura.



Único - Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

Artigo 8.' - Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas, será resolvida sempre com a assistência do comandante de guerra do navio português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra.

Artigo 9.' - Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do País.

Artigo 10.' - Os Príncipes e Chefes cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terrenos em Lândana, Chinvovo e Massabe, que serão marcados de combinação com os Chefes dessas localidades a quem os Príncipes encarregam de fazer a entrega.

Do acto de posse se lavrarão dois autos, um dos quais ficará na mão do delegado do governo português e o outro na do Chefe indígena.

Artigo 11.' - o Presente tratado assinado pelos Príncipes e Chefes do País, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta rainha de Portugal, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo governo de sua majestade El-Rei de Portugal.

Chinfuma em Lândana, 29 de Setembro de 1883

- Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal.

- + Sinal do Príncipe Tali-e-Tali, Regente do Reino de Kakongo.
- + Sinal do Príncipe Mambuco, Vice-Rei de Kakongo.
- + Sinal do Representante da Rainha Samano, A. Tiaba da Costa.
- Chela.
- + Sinal de Maluango, Cavalheiro de Chinchôcho.
- + Sinal de Mangovo-Mambo, Cavalheiro de Chinchôcho.
- + Sinal de Matenda da Ponta de Lândana.
- + Sinal de Marumba, Cavalheiro de Lândana e Malembo.
- + Sinal de Mancoche de Muba, Cavalheiro de Lândana e Malembo.
- + Sinal de Mancungo, Cavalheiro de Lândana e Malembo.
- + Sinal de Michela, Cavalheiro de Malembo.
- + Sinal de Mambanga, Cavalheiro de Lândana e Malembo.
- + Sinal de Binduco, Cavalheiro de Lândana e Malembo.
- + Sinal de Capita, Cavalheiro de Lândana e Malembo.



- + Sinal de Mangove Fernandes, Cavalheiro de Malembo.
- + Sinal de Maçassa-Manifuta, Cavalheiro de Kakongo.
- + Sinal de Matanga, do Luvula.
- + Sinal de Mafuca, de Lândana.
- + Sinal de Malambo, de Lândana.
- + Sinal de Mafuca-Baba, de Malembo.
- + Sinal de Manimbanza, do Chilunga.
- + Sinal de Ganga-Chinfuma, de Lândana.
- + Sinal de Garga-Bembo, de Lândana.
- + Sinal de Matenda, do Boiça.
- + Sinal de Capita-Manitate, de Kakongo.
- + Sinal de Capita-Mambuco, do Malembo.
- + Sinal de Mangove, do Ombuco.
- + Sinal de Mangove, do Tenda.
- + Sinal do Príncipe Mamimbache, do Kakongo.
- + Sinal de Ganga de Mechemechama, do Kakongo.
- + Sinal de Ganga de Chinfuma, do Malembo.
- + Sinal de Ganga Mafula, do Kakongo.
- + Sinal de Capita Manimacundo, do Malembo.
- + Sinal de Ganga e Lunga, do Kakongo.
- + Sinal de Mentata do Luvula, da Ponta de Lândana.
- + Sinal de Bundo, de Tenda.
- + Sinal de Mampagala, de Tenda.
- + Sinal do Príncipes Masange, do Massabe.
- + Sinal de Maunvule, do Massabe.
- + Sinal de Mabichete, do Massabe.
- + Sinal de Pincho, do Massabe.
- + Sinal de Maticibala, do Massabe.
- + Sinal de Manuela, do Massabe.
- + Sinal de Massuco, do Massabe.
- + A. Tiaba da Coata, do Massabe.
- + Sinal de Ganga-Muculo, do Encoche-Luango.
- + Sinal de Umbinduco, Encoche-Luango.
- + Sinal de Massi-Mongo, Encoche-Luango.



- + Sinal de Banche-Luanda, Encoche-Luango.
- + Sinal de Mancaca , Encoche-Luango.
- + Sinal de Mangoge-Bembo da Costa, de Tenda.
- + Sinal de Meimecasso, de Tenda.
- + Sinal de Mangove-Mazunga, de Malembo.
- + Sinal de António Pitra, de Malembo.

Nós abaixo assinados, certificamos que as assinaturas e sinais são dos próprios, por os termos visto fazer e os reconhecermos individualmente. João José Rodrigues Leitão Sobrinho Negociante em Lândana A. Tiaba da Costa Fidel Deli Valle (autenticado com o selo das armas reais),(<http://www.Cabinda.net/Cabina> 2017).



Anexo B - Tratado de Chicamba, 26 de dezembro de 1884

Acta:

Aos 26 dias do mês de Dezembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1884, no Chicambo, margem esquerda do rio Luema, a 30 milhas, pouco mais ou menos, do Massabi, achando-se reunidos como representantes por parte do governo português, o delegado do mesmo governo em Cacongo e Massabe, José Emílio dos Santos Silva e o capitão de 2.ª Linha António Thiaba da Costa, chefe da estação civilizadora em Cacongo e Massabi, e o secretário da estação civilizadora, em Cacongo e Massabi, José António da Conceição, e pela parte dos Povos que se estendem pela margem esquerda do rio Luema desde N'Cula, ate a embocadura numa extensão pouco mais ou menos de 60 milhas, abrangendo N'Geba, Chicambo e Buamongo, os Príncipes e Cavalheiros que os governam atualmente, que por todos os presentes foram reconhecidos como sendo os próprios, foi pelo delegado do governo declarado que, tendo estes Príncipes e Cavalheiros, Governadores destes territórios, manifestado desejos de serem incluídos no protetorado que Portugal estabeleceu em Cacongo e Massabe, ficando sob a sua soberania, por ser a Nação com a qual mantinham mais constantes relações, tanto comerciais como de hábitos e linguagem, desde que os europeus haviam pisado terras d' África para Sul do Equador, ele delegado como representante do governo português, se achava autorizado a conceder aos indígenas a anexação pedida, fazendo um tratado que, depois de aprovado e assinado, estabelecesse as desejadas relações entre Portugal e os Países governados pelos Chefes que o assinassem. E tendo os Príncipes e mais Cavalheiros formalmente declarado que queriam firmar um documento pelo qual ficasse bem autenticado o protetorado e soberania de Portugal sobre todos os territórios do Massabe até ao N'Cula pela margem esquerda do rio Luema, se discutiram e aprovaram doze artigos d'um tratado que, depois de explicado em boa e devida forma, tanto em português como em língua do País foi por todos assinado (com sinal da cruz por não saberem escrever).

E, para que de futuro ficassem bem autenticadas as resoluções tomadas nesta solene reunião, se lavrou esta ata que vai por todos assinada ficando junto ao tratado, da qual tiraram cópias devidamente certificadas e entregues aos Príncipes Machamba, Governador de Buamongo, Mai-Sexo, Governador de Guamongo, N'Ganza-Camba, Governador de Chicambo, Mangemba, Governador de N'Geba, Mancuta, Governador do N'Cula, que receberam também a bandeira portuguesa para a mandarem içar nas suas povoações e nos locais que convenientemente depois designassem, a fim de a conservarem e defenderem como símbolo representativo da soberania e protetorado de Portugal.



Chicamba, 26 de Dezembro de 1884

José Emílio dos Santos Silva, delegado do governo português

- A. Thiaba da Costa, Capitão de 2.ª Linha.
- José António da Conceição, Secretário da estação civilizadora
- + Sinal do Rei Machimba.
- + Sinal de Cutoto.
- + Sinal de Massanza.
- + Sinal de Bolamba.
- + Sinal de Gangacaca.
- + Sinal do Rei Mai-Sexo.
- + Sinal de Pita da Praia.
- + Sinal de Bivumbi.
- + Sinal de Mambuco Mani Luemba.
- + Sinal do Rei Macai.
- + Sinal de Chibilongo.
- + Sinal de Mamboma N'Cusso.
- + Sinal de Macacata.
- + Sinal de Manganda-Cai.
- + Sinal do Rei Ganga-Misi.
- + Sinal de Culômbio.
- + Sinal de Ma chichita.
- + Sinal do Rei Manga Lola.
- + Sinal de Ganga Camba Bona.
- + Sinal de Mafuca N'Gali.
- + Sinal de Machanzi-Monzo.
- + Sinal do Príncipe Muene Taiti
- + Sinal de Luangili.
- + Sinal de Mando.
- + Sinal de Mafuca Macosse.
- + Sinal de Machienzi Zuela.
- + Sinal de Mafuca Naungi.
- + Sinal de Mamboma Is Sambo.
- + Sinal de N'Bundo Pubo.
- + Sinal Mafuca N'Goma.



- + Sinal de N'Coti Cuanda Poá ti.
- + Sinal de Calumbo.
- + Sinal de Massango.
- + Sinal de Mamando.
- + Sinal de Mansalisi Chibaza.
- + Sinal de Chimbi Chianga.
- + Sinal de Maconde Bitumbo.
- + Sinal de Cibanza.
- + Sinal de Lingster Pandi Numtoto-Ola.
- + Sinal Michienzi Buanga .
- + Sinal de Mafuca Mavingo.
- + Sinal de Mambuco M'Paca.
- + Sinal de Mafuca Pambo.
- + Sinal de Chibuqueli Muene Pambo.
- + Sinal de Muene Banza Pambo.
- + Sinal de Mangofo Panzo.
- + Sinal de Muene N'Zau.
- + Sinal de Lingster Filipe.
- + Sinal de Mafuca N'Buia.
- + Sinal de Massavi N-Cambo.
- + Sinal de Mafuca Chiluemba.
- + Sinal de Ganga N'Zomongo.
- + Sinal de N-Combe.
- + Sinal de Mambuco Mani-Macambo.
- + Sinal de Chibuquila Mani-Muto.
- + Sinal de Macaia Chintomo.
- + Sinal de Mamona Chibua.
- + Sinal de Ganga Luti.
- + Sinal de Benze Mongofu N'Poáti.
- + Sinal de Bungo Michivata.
- + Sinal de Mamboma N'Bungo.
- + Sinal de Ganga Lamongo.

José Emílio dos Santos Silva, alferes da África Ocidental, delegado do governo português e chefe da estação civilizadora em Cacongo e Massabi, conclui com os Príncipes



Malhambo, Mai-Sexo, Ganga, Camba, Mangeba e Mancala, Governadores e Regentes dos Povos de Buamongo, Guamongo, Chicambo, N'Geba e N'Cula, bem como os mais Chefes dos territórios que do Massabi se estendem até ao N'Culo, a NE do Massabi, Costa Ocidental de África, o seguinte tratado (. .) Nota : O tratado é textualmente igual ao do Chinfuma acrescido de mais um artigo. do seguinte teor: "Artigo 12.- São declarados nulos quaisquer tratados contratos que, encerrem cláusulas e, contrárias aos artigos anteriores, (Silva, 2004). (<http://www.Cabinda.net/Cabina> 2017).



Anexo C - Tratado de Simulambuco, 22 de janeiro 1885

Petição:

Nós abaixo assinados, Príncipes e Governadores de Cabinda, sabendo que na Europa se trata de resolver, em conferência de embaixadores de diferentes potências, questões que diretamente dizem respeito aos territórios da Costa Ocidental de África, é por conseguinte, aos destinos dos seus povos, aproveitamos a estada neste porto da corveta portuguesa rainha de Portugal, a fim de em nosso nome e no dos Povos que governamos, pedirmos ao seu comandante, como delegado do governo de sua majestade fidelíssima, para fazermos e concordarmos num tratado pelo qual fiquemos sob o protetorado de Portugal, tomando-nos, de facto, súbditos da coroa portuguesa, como já o éramos por costumes, hábitos e relações de amizade. E, portanto, sendo de nossa inteira, plena e livre vontade que de futuro entremos nos domínios da coroa portuguesa, pedimos ao Exmo. sr. Comandante da corveta portuguesa, para aceder aos nossos desejos e dos Povos que governamos, determinando o dia onde, em sessão solene, se há-de assinar o tratado que nos coloque sob a proteção da bandeira de Portugal. Escrito em reunião dos Príncipes abaixo assinados, no lugar de Simulambuco, aos 22 de janeiro de 1885.

- + Sinal de Ibiala, Mamboma do Rei, representante da Regência.
- + Sinal da Princesa Maria Simbo, Mambuco.
- Manuel José Puna, Barão de Cabinda.
- + Sinal do Príncipe Sambo Franque, Governador de Chinga.
- + Sinal do Príncipe Jack, Governador de Buco-Sinto.
- + Sinal de Fernando Minga, filho do Príncipe Jack.
- + Sinal de King Jack, Príncipe da Ponta do Tafe.
- + Sinal de Fernando Sonça, Governador do Povo Grande.
- + Sinal do Mangunvo Mamgombe, Governador do Caio.
- Manoel Bonzela Franque, Governador do Porto Rico e Mutambe.
- Francisco Rodrigues Franque, Governador de Pernambuco e Vitória.
- + Sinal de Mani Sabo, Governador de Chóbo.



- + Sinal de Perico, linguester.
- + Sinal de Michimbi Mafuka Franque.
- + Sinal do Príncipe Mani Sambo,
- Linguester de Francisco Franque.



Tratado

Guilherme Augusto de Brito Capelo, capitão-tenente da armada, comandante da corveta rainha de Portugal, comendador de Avis e cavaleiro de varias Ordens, autorizado pelo governo de sua majestade fidelíssima El-Rei de Portugal, satisfazendo aos desejos manifestados pelos Príncipes de Cabinda em petição, devidamente por eles assinada em grande fundação, concluiu com os referidos Príncipes, Governadores e Chefes abaixo assinados, seus Sucessores e herdeiros o seguinte

Artigo 1º- Os Príncipes e mais Chefes do País, e seus sucessores, declaram, voluntariamente, reconhecer a soberania de Portugal, colocando sob o protetorado desta nação todos os territórios por eles governados.

Artigo 2º- Portugal reconhece os atuais Chefes e confirmará os que de futuro forem eleitos pelos Povos, segundo as suas leis e usos, prometendo-lhes auxílio e protecção.

Artigo 3º- Portugal obriga-se a manter a integridade dos territórios colocados sob o seu Protetorado.

Artigo 4º- Aos Chefes do País e seus Habitantes será conservado o Senhorio direto das terras que lhes pertencem, podendo-as vender ou alienar de qualquer forma para o estabelecimento de feitorias de negócio ou outras indústrias particulares, mediante o pagamento dos costumes, marcando-se duma maneira clara e precisa a área dos terrenos concedidos, para evitar complicações futuras, devendo ser ratificados os contratos pelos comandantes dos navios de guerra portugueses ou pela autoridade em que o governo de sua majestade delegar os seus poderes.

Artigo 5º- A maior liberdade será concedida aos negociantes de todas as nações para se estabelecerem nestes territórios, ficando o governo português obrigado a proteger esses estabelecimentos, reservando-se o direito de proceder como julgar mais conveniente, quando se provar que se tenta destruir o domínio de Portugal nestas regiões.

Artigo 6º- Os Príncipes e mais Chefes indígenas obrigam-se a não fazer tratados, nem ceder terrenos aos representantes de nações estrangeiras, quando esta cedência seja de carácter oficial e não com o fim mencionado no artigo 4º-



Artigo 7º- Igualmente se obriga a proteger o comércio quer dos portugueses, quer dos estrangeiros e indígenas, não permitindo interrupção nas comunicações com o interior e a fazer uso da sua autoridade para desembaraçar os caminhos, facilitando e protegendo as relações entre compradores e vendedores, as missões religiosas e científicas que se estabelecerem temporária ou permanentemente nos seus territórios, assim, como o desenvolvimento da agricultura.

Único - Obrigam-se mais a não permitir o tráfico da escravatura nos limites dos seus domínios.

Artigo 8º- Toda e qualquer questão entre europeus e indígenas, será resolvida sempre com a assistência do comandante de guerra do navio português que nessa ocasião estiver em possível comunicação com a terra ou de quem estiver munido de poderes devidamente legalizados.

Artigo 9º- Portugal respeitará e fará respeitar os usos e costumes do País.

Artigo 10º- Os Príncipes e Chefes cedem a Portugal a propriedade inteira e completa de porções de terreno mediante o pagamento dos respectivos valores, a fim de neles o governo português mandar edificar os seus estabelecimentos militares, administrativos ou particulares.

Artigo 11º- o Presente tratado assinado pelos Príncipes e Chefes do País, bem como pelo capitão-tenente comandante da corveta rainha de Portugal, começará a ter execução desde o dia da sua assinatura, não podendo contudo considerar-se definitivo senão depois de ter sido aprovado pelo governo de sua majestade.

Simulambuco, em Cabinda, 1 de Fevereiro de 1885

(a) Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal.

+ de Neto do Príncipe Gime, Vice-Rei.

(a) Guilherme Augusto de Brito Capelo, comandante da corveta rainha de Portugal.

+ de Neto do Príncipe Gime, Vice-Rei.

+ de Ibiála, Mamboma do Rei e representante da Regência.

+ Muanafumo Mahundo, filho do falecido Rei.



- + de Mangove Dangoio Puata Puna.
- + da Princesa Maria Gimbe, Mambuko.
- (a) Barão de Cabinda, Manuel José Puna.
- + Sambo Franque, Governador do Chinga.
- + Machimbi, Mafuca Franque.
- + Mavungo Mangombe, Governador de Samona.
- (a) Manuel Bonzola Franque, Governador de Porto Rico e Mutamba.
- (a) Francisco R. Franque, Governador de Pernambuco e Vitória.
- + Fernando Sonsa, Governador do Povo Grande.
- + Pucuta Caetano, linguister de Porto Rico.
- + Manichuvula, Príncipe, Mambuko de Buco-Sinto.
- + King Jack, Príncipe de Ponta do Tafe.
- + King Taine, Príncipe de Ponta do Tafé.
- + Fenando Mingas, filho do Príncipe Jack do Buco-Sinto.
- + Mangove Velho, Dono do Povo Grande.
- + Filho do Príncipe Bette Jack, Governador do Caio,
- + Manissabo, Governador de Chobo.
- + Perico Franque, linguister de Mambuco.
- + Puata Puna.
- + Luemba Franque, irmão do Príncipe Sambo, Governador do Chinga.

Este tratado foi lido e explicado em língua do País, ficando todos inteirados do seu conteúdo antes de assinarem e fazerem o sinal + (cruz) na minha presença, comigo António Nunes de Serra e Moura, aspirante do corpo de oficiais da fazenda da armada, servindo de secretário a este ato.

(a) António Nunes de Serra e Moura, aspirante efetivo da fazenda da armada.

Afirmamos e juramos, sendo preciso, que as assinaturas e sinais são dos indivíduos acima indicados por os conhecermos pessoalmente e os termos visto assinar este ato.

(a) João Puna; João Barros Franque, filho de Francisco Franque, coronel honorário que foi; Vicente Puna; Guilherme Franque, filho de Francisco Franque.

Estavam presentes as seguintes pessoas:

(a) Onofre Alves de Sousa; M. J. Correia; J. Contreiras; Alexandre; Manuel António da Silva,- Os oficiais da corveta rainha de Portugal: Cristiano Frederico Krusse Gomes. 1º-Tenente; Eduardo Ciríaco, 1º- Tenente; João de Matos e Silva, facultativo naval de 1a



classe; Alberto António da Silva Moreno, guarda-marinha; João Francisco da Silva, guarda-marinha; João António Ludovice, guarda-marinha. Nota: (a) (<http://www.Cabinda.net/Cabinda2017>). (Bembe, 2014) (Lara, 1993) .



Anexo D - Documento produzido em Alvor, Portugal, 1975

O Estado Português e os movimentos de libertação nacional de Angola, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A. e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. I. T. A., reunidos em Alvor, Algarve, de 10 a 15 de Janeiro de 1975 para negociarem o processo e o calendário do acesso de Angola à independência, acordaram o seguinte:

CAPITULO I - Da Independência de Angola.

ARTIGO 1.º

O Estado Português reconhece os movimentos de libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola - F. N. L. A., Movimento Popular de Libertação de Angola - M. P. L. A., e União Nacional para a Independência Total de Angola - U. N. L T. A., como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

ARTIGO 2.º .

O Estado Português reafirma, solenemente, o reconhecimento do direito do povo angolano à independência.

ARTIGO 3.º .

Angola constitui uma entidade, una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos atuais e neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano.

ARTIGO 4.º.

A independência e soberania plena de Angola serão solenemente proclamadas em 11 de Novembro de 1975, em Angola, pelo Presidente da República Portuguesa ou por representante seu, expressamente designado.

ARTIGO 5.º.

O Poder passa a ser exercido, até à proclamação da independência, pelo alto-comissário e por um Governo de Transição, o qual tomará posse em 31 de Janeiro de 1975. Ilícito qualquer ato de recurso à força.

ARTIGO 6º.

Estado Português e os três movimentos de libertação formalizam, pelo presente acordo, um cessar-fogo geral, já observado, de facto, pelas respetivas Forças Armadas em todo o território de Angola. A partir desta data, será considerado ilícito qualquer acto de recurso à força, que não seja determinado pelas autoridades competentes com vista a impedir a violência interna ou a agressão externa.



ARTIGO 7º

Após o cessar-fogo as Forças Armadas da F. N. L. A., do M. P. L. A. e da U. N. I. T. A. fixar-se-ão nas regiões e locais correspondentes à sua implantação atual, até que se efetivem as disposições atuais, previstas no capítulo IV do presente acordo.

ARTIGO 8º

O Estado Português obriga-se a transferir progressivamente até ao termo do período transitório, para os órgãos de soberania angolana, todos os poderes que detém e exerce em Angola.

ARTIGO 9º Com a conclusão do presente acordo consideram-se amnistiados, para todos os efeitos, os atos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação nacional de Angola, que fossem considerados puníveis pela legislação vigente à data em que tiveram lugar.

ARTIGO 10º O Estado Independente de Angola exercerá a soberania, total e livremente, quer no plano interno quer no plano internacional.

CAPITULO II

Do alto-comissário

ARTIGO 11.º O Presidente da República e o Governo Português são, durante o período transitório, representados em Angola pelo alto-comissário, a quem cumpre defender os interesses da República Portuguesa.

ARTIGO 12º.

O alto-comissário em Angola é nomeado e exonerado pelo Presidente da República Portuguesa, perante quem toma posse, responde politicamente.

ARTIGO 13.º

Compete ao alto-comissário:

- a) Representar o Presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, de pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei;
- b) Salvar e garantir a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição;
- c) Assegurar o cumprimento do presente acordo e dos que venham a ser celebrados entre os movimentos de libertação e o Estado Português;
- d) Garantir e dinamizar o processo de descolonização de Angola;



e) Ratificar todos os atos que interessem ou se refiram o Estado Português;

f) Assistir às sessões do Conselho de Ministros, quando o entender conveniente, podendo participar nos respetivos trabalhos, sem direito de voto;

g) Assinar, promulgar e mandar publicar os decretos-leis e os decretos elaborados pelo Governo de Transição; h) Assegurar, em conjunto com o colégio presidencial, a direção da Comissão Nacional de Defesa, e dirigir a política externa de Angola, durante o período transitório, coadjuvado pelo colégio presidencial do Governo de Transição l.

CAPITULO III .

ARTIGO 14.º

O Governo de Transição é presidido pelo Colégio Presidencial.

ARTIGO 15.º

O Colégio Presidencial é constituído por três membros, um de cada movimento de libertação e tem por tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição

.ARTIGO 16.º

O Colégio Presidencial poderá, sempre que o deseje, consultar o alto-comissário sobre assuntos relacionados com a ação governativa.

ARTIGO 17.º

As deliberações do Governo de Transição são tomadas por maioria de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

ARTIGO 18.º

O Governo de Transição é constituído pelos seguintes Ministérios: Interior, Informação, Trabalho e Segurança Social, Economia, Planeamento e Finanças, Justiça, Transportes e Comunicações, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Educação e Cultura, Agricultura, Recursos Naturais.

ARTIGO 19.º

São, desde já, criadas as seguintes Secretarias de Estado:

a) Duas Secretarias de Estado no Ministério do Interior;

b) Duas Secretarias de Estado no Ministério da Informação;

c) Duas Secretarias de Estado no Ministério do Trabalho e Segurança Social;

d) Três Secretarias de Estado no Ministério da Economia, designadas, respetivamente, por Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, Secretaria de Estado da Indústria e Energia e Secretaria de Estado das Pescas.

ARTIGO 20.º



Os ministros do Governo de Transição são designados, em proporção igual, pela Frente Nacional de Libertação de Angola (F. N. L. A.), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (M. P. L. A.), pela União Nacional para a Independência Total de Angola

(U. N. I. T. A.) e pelo Presidente da República Portuguesa, e tomam posse perante o alto-comissário.

ARTIGO 21.º

Tendo em conta o carácter transitório do Governo, a distribuição dos Ministérios é feita do seguinte modo:

a) Ao Presidente da República Portuguesa cabe designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e dos Transportes e Comunicações

;b) à F. N. L. A. cabe designar os ministros do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura;

c) Ao M. P. L. A. cabe designar os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça;

d) À U. N. I. T. A. cabe designar os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais.

ARTIGO 22.º

As Secretarias de Estado previstas no presente acordo são distribuídas pela forma seguinte:

a) À F. N. L. A. cabe designar um secretário de Estado para a Informação, um secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e o secretário de Estado do Comércio e Turismo;

b) Ao M. P. L. A. cabe designar um secretário de Estado para o Interior, um secretário de Estado para o Trabalho e Segurança Social e um secretário de Estado da Indústria e Energia;

c) À U. N. I. T. A. cabe designar um secretário de Estado para o Interior, um secretário de Estado para a Informação e o secretário de Estado das Pescas.

ARTIGO 23.º

O Governo de Transição poderá criar novos lugares de secretários e subsecretários de Estado, respeitando na sua distribuição a regra da heterogeneidade política.

Competências do Governo de Transição:



ARTIGO 24.º

Compete ao Governo de Transição:

- a) Velar e cooperar pela boa condução do processo de descolonização até à independência total;
 - b) Superintender no conjunto da administração pública assegurando o seu funcionamento, e promovendo o acesso dos cidadãos angolanos a postos de responsabilidade;
 - c) Conduzir a política interna, preparar e assegurar a realização de eleições gerais para Assembleia Constituinte de Angola;
 - e) Exercer por decreto-lei a função legislativa e elaborar os decretos, regulamentos e instruções para a boa execução das leis;
 - f) Garantir, em cooperação com o alto-comissário, a segurança das pessoas e bens;
 - g) Proceder à reorganização judiciária de Angola;
 - h) Definir a política económica, financeira e monetária, e criar as estruturas ao rápido desenvolvimento da economia de Angola;
 - i) Garantir e salvaguardar os direitos e as liberdades individuais ou colectivas.
- ARTIGO 25.º O colégio presidencial e os ministros são solidariamente responsáveis pelos atos do Governo.

ARTIGO 26.º

O Governo de Transição não poderá ser demitido por iniciativa do alto-comissário, devendo qualquer alteração da sua constituição ser efetuada por acordo entre o alto-comissário e os movimentos de libertação.

ARTIGO 27.

O alto-comissário e o colégio presidencial procurarão resolver em espírito de amizade e através de consultas recíprocas todas as dificuldades resultantes da acção governativa.

ARTIGO 28.º

É criada uma Comissão Nacional de Defesa com a seguinte composição: alto-comissário; colégio presidencial; Estado-Maior Unificado.

ARTIGO 29.º

A Comissão Nacional de Defesa deverá ser informada pelo alto-comissário sobre todos os assuntos relativos à defesa nacional, tanto no plano interno como no externo, com vista a:



- a) Definir e concretizar a política militar resultante do presente acordo;
- b) Assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola;
- c) Garantir a paz, a segurança e a ordem pública;
- d) Velar pela segurança das pessoas e dos bens.

ARTIGO 30.º

As decisões da Comissão Nacional de Defesa são tomadas por maioria simples, tendo o alto-comissário, que preside, voto de qualidade.

ARTIGO 31.º

É criado um Estado-Maior Unificado que reunirá os comandantes dos três ramos das Forças Armadas portuguesas em Angola e três comandantes dos movimentos de libertação. O Estado-Maior Unificado fica colocado sob a autoridade direta do alto-comissário.

ARTIGO 32.º

As Forças Armadas dos três movimentos de libertação serão integradas em paridade com Forças Armadas Portuguesas nas forças militares mistas em contingentes assim distribuídos:

Oito mil combatentes da F. N. L. A. Oito mil combatentes do M. P. L. A., oito mil combatentes da U. N. I. T. A. e 24 mil militares das Forças Armadas Portuguesas.

ARTIGO 33.º

Cabe à Comissão Nacional de Defesa proceder à integração progressiva das Forças Armadas nas forças militares mistas, referidas no artigo anterior, devendo em princípio respeitar-se o calendário seguinte: de Fevereiro a Maio, inclusive, serão integrados por mês, quinhentos combatentes de cada um dos movimentos de libertação e mil e quinhentos militares portugueses. De Junho a Setembro, inclusive, serão integrados por mês, mil e quinhentos combatentes de cada um dos movimentos de libertação e quatro mil e quinhentos militares portugueses.

ARTIGO 34.º Os

Efetivos das Forças Armadas Portuguesas que excederem o contingente referido no artigo 32º, deverão ser evacuados de Angola até trinta de Abril de 1975.

ARTIGO 35.º

A evacuação do contingente das Forças Armadas Portuguesas integrado nas forças militares mistas deverá iniciar-se a partir de um de Outubro de 1975 e ficar concluída até vinte e nove de Fevereiro de 1976.

ARTIGO 36.º



A Comissão Nacional de Defesa deverá organizar forças mistas de Polícia encarregadas de manter a ordem pública.

ARTIGO 37.º

O Comando Unificado da Polícia, constituído por três membros, um de cada movimento de Libertação, é dirigido colegialmente e presidido segundo um sistema rotativo, ficando sob a autoridade e a supervisão da Comissão Nacional de Defesa.

CAPITULO V

Dos refugiados e das pessoas reagrupadas

ARTIGO 38.º

Logo após a instalação do Governo de Transição serão constituídas comissões partidárias mistas, designadas pelo alto-comissário e pelo Governo de Transição, encarregadas de planificar e preparar as estruturas, os meios e os processos para acolher os angolanos refugiados. O Ministério da Saúde e Assuntos Sociais supervisionará a acção destas comissões.

ARTIGO 39.º

As pessoas concentradas nas «sanzalas da paz» poderão regressar aos seus lugares de origem. As comissões partidárias mistas deverão propor ao alto-comissário, ao Governo de Transição, medidas sociais, económicas e outras para assegurar às populações deslocadas o regresso à vida normal e a reintegração nas diferentes atividades de vida económica do país.

CAPITULO VI

Eleições em Outubro.

ARTIGO 40.º

O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de trinta e um de Janeiro de 1975, data da sua instalação.

ARTIGO 41.º

As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos movimentos de libertação - P. N. L. A., M. P. L. A. e U. N. I. T. A. - únicos representantes legítimos do povo angolano.

ARTIGO 42.º

Será estabelecida, após a instalação do Governo de Transição, uma Comissão Central, constituída em partes iguais por membros dos movimentos de libertação, que elaborará o projeto da lei fundamental e preparará as eleições para a Assembleia



Constituinte.

ARTIGO 43.º

Aprovada pelo Governo de Transição e promulgada pelo colégio presidencial a Lei Fundamental, a Comissão Central deverá:

- a) Elaborar um projeto de lei eleitoral;
- b) Organizar os cadernos eleitorais;
- c) Registrar as listas dos candidatos à eleição da Assembleia Constituinte apresentadas pelos movimentos de libertação.

ARTIGO 44.º

A Lei Fundamental, que vigorará até à entrada em vigência da Constituição de Angola, não poderá contrariar os termos do presente acordo,

CAPITULO VII

Da nacionalidade angolana

ARTIGO 45.º

O Estado Português e os três movimentos de libertação, F. N. L. A., M. P. L. A. e U. N. I. T. A. comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas do colonialismo. A este propósito, a F. N. L. A., o M. P. L. A. e U. N. I. T. A. reafirmam a sua política de não discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da Nação Angolana através de uma opção consciente.

ARTIGO 46.º

A F. N. L. A., o M. P. L. A. e a U. N. I. T. A. assumem desde já o compromisso de considerar cidadãos angolanos todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarem, nos termos e prazos a definir, que desejam conservar a sua atual nacionalidade, ou optar por outra.

ARTIGO 47.º

Aos indivíduos não nascidos em Angola e radicados neste país, é garantida a faculdade de requererem a cidadania angolana, de acordo com as regras da nacionalidade angolana que forem estabelecidas na Lei Fundamental

.ARTIGO 48.º



Acordos especiais a estudar ao nível de uma comissão paritária mista, regularão as modalidades da concessão da cidadania angolana aos cidadãos portugueses domiciliados em Angola, e o estatuto de cidadãos portugueses residentes em Angola e dos cidadãos angolanos residentes em Portugal.

CAPITULO VIII

Dos assuntos de natureza financeira.

ARTIGO 49.º

O Estado Português obriga-se a regularizar com o Estado de Angola a situação decorrente da existência de bens pertencentes a este Estado fora do território angolano, por forma a facilitar a transferência desses bens, ou do correspondente valor para o território e a posse de Angola.

ARTIGO 50.º

A F.N.L.A., o M.P.L. A. e a U.N.I.T.A, declaram-se dispostos a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome e em relação a Angola, desde que o tenham sido no efetivo interesse do povo angolano.

ARTIGO 51.º

Uma comissão especial paritária mista, constituída por peritos nomeados pelo Governo Provisório da República Portuguesa e pelo Governo de Transição do Estado de Angola, relacionará os bens referidos no Art. 49.º e os créditos referidos no Art. 50.º, procederá às avaliações que tiver por convenientes, e proporá àqueles Governos as soluções que tiver por justas.

ARTIGO 52.º

O Estado Português assume o compromisso de facilitar à comissão referida no artigo anterior todas as informações e elementos de que dispuser e de que a mesma comissão careça para formular juízos fundamentados e propor soluções equitativas dentro dos princípios da verdade, do respeito pelos legítimos direitos de cada parte e da mais leal cooperação. Criação de um banco emissor

ARTIGO 53.º

O Estado Português assistirá o Estado angolano na criação e instalação de um banco central emissor. O Estado Português compromete-se a transferir para o Estado de Angola as atribuições, o ativo e o passivo do departamento de Angola no Banco de Angola, em condições a acordar no âmbito da comissão mista para os assuntos financeiros. Esta



comissão estudara igualmente todas as questões referentes ao departamento de Portugal do mesmo banco, propondo as soluções justas, na medida em que se refiram e interessem a Angola.

ARTIGO 54.º

A F. N. L. A., o M. P. L. A. e a U. N. I. T. A. comprometem-se a respeitar os bens e os interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola.

CAPITULO IX

Da cooperação entre Angola e Portugal.

ARTIGO 56.º

O Governo Português por um lado e os movimentos de libertação por outro acordam em estabelecer entre Portugal e Angola laços de cooperação construtiva e duradoura em todos os domínios, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar, numa base de independência, igualdade, liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de interesses.

CAPITULO X

Das comissões mistas

ARTIGO 56.º

Serão criadas comissões mistas de natureza técnica e composição paritária nomeadas pelo alto-comissário de acordo com o colégio presidencial, que terão por tarefa estudar e propor soluções para os problemas decorrentes da descolonização e estabelecer as bases de uma cooperação ativa entre Portugal e Angola, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Cultural, técnico e científico;
- b) Económico e comercial;
- c) Monetário financeiro;
- d) Militar;
- e) Da aquisição da nacionalidade angolana por cidadãos portugueses.

ARTIGO 57.º

As comissões referidas no artigo anterior conduzirão os trabalhos e negociações num clima de cooperação construtiva e de leal ajustamento. As conclusões a que chegarem deverão ser submetidas, no mais curto espaço de tempo, à consideração do alto-comissário e do colégio presidencial com vista à elaboração das disposições gerais.

CAPITULO XI

Desacordos entre Portugal e Angola.

ARTIGO 58.º



Quaisquer questões que surjam na interpretação e na aplicação do presente acordo e que não possam ser solucionadas nos termos do Art. 27.º, serão resolvidas por via negociada entre o Governo Português e os movimentos de libertação.

ARTIGO 59.º

O Estado Português, a F.N.L.A., o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A., fiéis ao ideário sociopolítico repetidamente afirmado pelos seus dirigentes, reafirmam o seu respeito pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na declaração universal dos Direitos do Homem bem como o seu ativo repúdio por todas as formas de discriminação social, nomeadamente o «apartheid».

ARTIGO 60.º

O presente acordo entrará em vigor imediatamente após a homologação pelo Presidente da República Portuguesa. As delegações do Governo português, da F.N.L.A., do M.P.L.A. e da U.N.I.T.A. realçam o clima de perfeita cooperação e cordialidade em que decorreram as negociações e felicitam-se pela conclusão do presente acordo, que dará satisfação às justas aspirações do povo angolano e enche de orgulho o povo português, a partir de agora ligados por laços de funda amizade e propósitos de cooperação construtiva para bem de Angola, de Portugal, da África e do Mundo. Assinado em Alvor, Algarve, aos 15 dias do mês de Janeiro de 1975 em quatro exemplares em língua portuguesa. (Sousa, 1999).



Anexo E - Discurso de Agostinho Neto depois da assinatura dos acordos de Alvor

AGOSTINHO NETO AO POVO ANGOLANO

(Acordo de Alvor, 1975)

Agostinho Neto, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, dirigiu a seguinte mensagem ao povo angolano:

"Povo angolano, companheiros de luta, camaradas militantes e simpatizantes do MPLA.

Angolanos:

Falo-vos no momento de particular transcendência do processo já longo da luta de Libertação do nosso povo e do nosso pai. Não interessa relembrar agora os inúmeros sacrifícios, os incalculáveis sofrimentos por que passou o nosso povo, pois o sangue derramado pelos nossos heróis, os suplícios consentidos pelos nossos mártires, as humilhações dos vivos e dos mortos, constituem já, historicamente, a argamassa indestrutível que construiu os alicerces da nossa libertação. O que importa neste momento é que a grande e portentosa nação que já se vai erguer, sobre as bases conquistadas, saiba trilhar o mesmo caminho de dignidade, de justiça e de humanidade que sempre caracterizaram a ação do Movimento Popular de Libertação de Angola.

O acordo que acabamos de firmar com o Governo Português e que não é afinal mais do que uma reafirmação do nosso desejo de franca, leal e aberta colaboração, que não é afinal mais do que uma confirmação do protocolo de Mombaça, esse acordo que aqui foi obtido dentro do mais perfeito espírito de cooperação, representa as linhas teóricas que deverão orientar os primeiros passos de uma Angola saída da negra opressão e repressão do fascismo, mas ainda a caminho da independência total e completa. A todos nós, militantes e simpatizantes do MPLA, mas muito especial ao povo angolano, caberá, agora, a dura, a dura mas a gloriosa tarefa, a difícil mas aliciante missão de assumir na prática as palavras de ordem e as diretrizes encontradas na cimeira da Penina.

Qual é afinal o nosso caminho? A que reconduz à correta e legítima forma de reconstruir o nosso país, só por ser uma, a reluminosa igualdade, da justiça e da compreensão. A da Unidade. Queremos fazer um país onde não haja lugar a qualquer espécie de discriminação, queremos construir uma sociedade em que sejam abolidos todos os vestígios de racismo e de tribalismo, em que seja destruído o único sinal do colonialismo em que estabeleçam as condições necessárias para criar uma harmonia entre todos os componentes da nação angolana e a garantia plena do livre exercício por parte de



cada um, dos direitos inalienáveis e das liberdades sagradas dos cidadãos livres de um país livre. Foram estas as posições que o MPLA defendeu “na cimeira da Penina. São estas posições que o povo angolano deverá defender em todo o território nacional, em todos os momentos. É este o nosso caminho. Absorver o espírito e cumprir a letra do acordo da Penina. Reconstruir a nação na dignidade e na justiça, única forma de garantir a paz, a prosperidade, e a felicidade que são, afinal, os objetivos últimos da revolução angolana.

Compatriotas camaradas: agora que os trabalhos da cimeira estão concluídos, agora que o Mundo inteiro nos olha com a consideração e o respeito que a nossa luta de libertação construíram, saibamos reforçar e consolidar as conquistas obtidas. Um só povo, uma só nação, defendendo intransigentemente, sem subterfúgios ou ambiguidades a democracia e o direito sagrado de podermos entrar no seio da comunidade mundial com as credenciais conseguidas ao longo de 18 anos de luta. FNLA, UNITA e MPLA unidos, pretos, mestiços e brancos unidos são a garantia para construirmos uma pátria independente para o povo angolano. A vitória é certa (Pereira, 2006).



Anexo F - Projeto do Estatuto Político e Administrativo da Região Autónoma de Cabinda.

TÍTULO 1

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1.º

(Cabinda)

Cabinda constitui uma entidade autónoma da República de Angola com personalidade jurídica, dotada dos órgãos de governo próprio e das competências estabelecidos no presente Estatuto.

Artigo 2.º

(Estatuto Político e Administrativo)

O Estatuto Político e Administrativo de Cabinda decorre das especificidades geográficas, históricas, económicas e culturais do território e nas aspirações autonomistas do seu povo, respeitando a soberania e integridade da República de Angola.

Artigo 3.º

(Território)

O território de Cabinda é o definido a data da independência da República de Angola, abrangendo o mar territorial, a zona económica exclusiva e o espaço aéreo, nos termos do direito internacional.

Artigo 4.º

(Primado do Direito)

Os órgãos de governo próprio e a Administração atuam no estrito respeito dos direitos humanos e da legalidade democrática. 223

Artigo 5.º

(Símbolos da Autonomia)

1- Cabinda dispõe de bandeira, hino e brasão próprios, aprovados pela Assembleia Legislativa.

2- Os símbolos da autonomia são sempre utilizados em conjunto com os símbolos nacionais, com precedência destes.

3- São devidos aos símbolos da autonomia o respeito e a proteção equivalentes aos símbolos nacionais.



Artigo 6.º

(Fins da Autonomia)

A autonomia deve contribuir para:

- a) Consolidar a independência e integridade territorial da República de Angola;
- b) Salvaguardar as especificidades de Cabinda;
- c) O fim de todas as discriminações;
- d) O bem-estar social, económico e cultural;
- e) A valorização dos recursos naturais.

Artigo 7.º

(Competência Genérica)

1- São competências dos órgãos de governo próprio todas as que não sejam reservadas aos órgãos de soberania, nos termos da Constituição da República de Angola e do presente Estatuto.

2- O direito nacional vigora enquanto não for adaptado ou revogado pelo direito autonómico, nos termos do disposto no número anterior.

224

TÍTULO 2

REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

Artigo 8.º

(Delegado da República)

A representação do Estado é assegurada pelo Delegado da República.

Artigo 9.º

(Estatuto e Residência)

1- O Delegado da República goza de estatuto equivalente ao de ministro e tem precedência sobre os órgãos de governo próprio e demais entidades de Cabinda.

2- O Delegado da República reside em Cabinda.

Artigo 10.º

(Designação e Tomada de Posse)

1- O Delegado da República é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, ouvido o Conselho da República.



2- O Delegado da República toma posse perante o Presidente da República, estando presentes o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Governo Autónomo.

3- Nas suas ausências ou impedimentos, o Delegado da República é substituído pelo Presidente da Assembleia Legislativa.

Artigo 11.º

(Mandato)

O mandato do Delegado da República tem duração do mandato do Presidente da República, sem prejuízo do disposto no número 1 do artigo anterior.

Artigo 12.º

(Funções)

São funções do Delegado da República:

- a) Representar os órgãos de soberania;
- b) Tutelar as forças militares;
- c) Superintender os serviços do Estado;

225

d) Declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, sempre que possível ouvindo primeiro os órgãos de governo próprio, ou após resolução da Assembleia Legislativa ou da sua comissão permanente nesse sentido;

e) Exercer as demais funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto e pela lei.

Artigo 13.º

(Intervenção no Processo Legislativo)

1- No prazo de vinte dias contados da receção de atos legislativos dos órgãos de governo próprio, o Delegado da República deve assinar e mandar publicar no jornal oficial ou exercer direito de veto, fundamentando a sua decisão na inconstitucionalidade ou ilegalidade do ato.

2- Tratando-se de lei regional confirmada por maioria de dois terços dos deputados em efetividade de funções, é vedado ao Delegado da República exercer o direito de veto, podendo todavia enviá-la ao Presidente da República, ao qual exerce as competências previstas no número anterior.

3- No caso de decreto regional que não incida sobre matéria de competência exclusiva do Governo Autónomo, o Delegado da República pode enviá-lo para a



Assembleia Legislativa, a qual pode alterar ou aprovar o projeto, seguindo-se os trâmites dos números anteriores.

Artigo 14.º

(Consequências do Veto)

1- O diploma vetado pode ser reformulado pelo órgão que emanou, salvo nos casos do número 3 do artigo anterior.

2- Os decretos regionais vetados podem ser convertidos pelo Governo Autónomo em propostas à Assembleia Legislativa.

226

TÍTULO 3

ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO

Capítulo 1

Princípios Gerais

Artigo 15.º

(Órgãos de Governo Próprio)

São órgãos de governo próprio:

- a) A Assembleia Legislativa;
- b) O Governo Autónomo.

Artigo 16.º

(Separação e Interdependência)

Os órgãos de governo próprio devem respeitar a sua própria separação e interdependência, bem como em relação aos órgãos de soberania e à representação do Estado.

Artigo 17.º

(Atos Normativos)

1- São atos legislativos:

- a) As leis orgânicas regionais;
- b) As leis regionais;
- c) Os decretos regionais;



2- As leis orgânicas regionais requerem aprovação por maioria de dois terços dos deputados em efetividade de funções e só podem ser alteradas ou revogadas nos mesmos termos.

3- O Governo Autónomo exerce a função regulamentar através de decretos e despachos.

4- Os atos normativos são publicados no jornal oficial, sob pena de inexistência.

5- Além dos atos normativos previstos no presente Estatuto, são ainda publicados no jornal oficial:

- a) As mensagens do Presidente da República dirigidas a Cabinda;
- b) As mensagens do Delegado da República;
- c) As resoluções aprovadas pela Assembleia Legislativa;

227

d) Os demais atos cuja eficácia dependa de publicidade, nos termos da lei.

6- São aprovados por leis orgânicas regionais:

- a) Os projetos de alteração do presente Estatuto;
- b) Os símbolos da autonomia;
- c) O Regimento da Assembleia Legislativa.

Artigo 18.º

(Incompatibilidades)

São mutuamente incompatíveis:

- a) O exercício de mandato nos órgãos de soberania;
- b) O cargo de Delegado da República;
- c) O exercício do mandato de deputado;
- d) O exercício de mandato no Governo Autónomo;
- e) O cargo de magistrado;
- f) O exercício de mandato nos órgãos do poder local;
- g) O exercício de cargo na Comissão Nacional Eleitoral;
- h) O exercício de quaisquer funções na administração regional ou do Estado, exceto a título gracioso;
- i) O exercício de quaisquer funções nas empresas públicas ou com capitais públicos.



Capítulo 2

Assembleia Legislativa

Secção 1

Definição, Eleição e Composição

Artigo 19.º

(Definição)

A Assembleia Legislativa é o órgão representativo de toda a população da Região Autónoma de Cabinda, competindo-lhe enquanto tal assegurar a autonomia. 228

Artigo 20.º

(Legislatura)

- 1- A legislatura tem a duração de quatro sessões legislativas.
- 2- As sessões legislativas iniciam-se a 15 de Janeiro e terminam a 15 de Dezembro.
- 3- Em caso de dissolução, a nova sessão legislativa acresce remanescente da sessão anterior.
- 4- A Assembleia Legislativa reúne pela primeira vez em cada legislatura até ao quinto dia posterior à publicação dos resultados eleitorais, mas impreterivelmente até trinta dias após as eleições.

Artigo 21.º

(Composição e funcionamento)

- 1- A Assembleia Legislativa é composta por 55 deputados, eleitos nos termos da constituição e do presente Estatuto.
- 2- Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, a Assembleia Legislativa funciona e delibera desde que presentes mais de metade dos deputados em efetividade de funções.

Artigo 22.º

(Eleição)

- 1- Os deputados são eleitos por um círculo eleitoral único, através de sufrágio universal, direto e secreto, para uma legislatura.
- 2- Os candidatos podem concorrer organizados em listas de partidos e coligações ou isoladamente.
- 3- Não é necessário que os candidatos que concorram em listas de partidos e coligações sejam neles filiados.



4- Não existe número mínimo de candidatos nas listas.

5- Os candidatos não podem concorrer isoladamente e integrados numa lista ou integrados em mais de uma lista.

6- No apuramento dos resultados é utilizado o método da média mais alta de Hondt.

7- Na impossibilidade de um deputado tomar posse é eleito o candidato seguinte da mesma lista, ou, no caso de candidato isolado, o que se lhe segue de acordo com as regras eleitorais.

8- Em caso algum pode um deputado designar outro candidato para o seu mandato.

229

Artigo 23.º

(Capacidade Eleitoral Ativa)

1- São eleitos todos os nacionais residentes que sejam maiores de 18 anos e não estejam privados dos seus direitos cívicos.

2- São ainda eleitores todos os que forem como tal reconhecidos por convenção internacional.

3- Os nacionais não residentes no território à data da aprovação do presente Estatuto podem solicitar a sua inscrição no recenseamento eleitoral da área do nascimento, mas apenas podem votar nas eleições para os órgãos de governo próprio.

Artigo 24.º

(Capacidade Eleitoral Passiva)

São elegíveis os nacionais maiores de 25 anos que tenham capacidade eleitoral ativa, residam no território e não estejam abrangidos pelas incompatibilidades previstas no presente Estatuto.

Artigo 25.º

(Dissolução)

1- O Delegado da República pode, a todo o tempo, dissolver a Assembleia Legislativa, desde que esta pratique atos gravemente atentatórios da independência nacional ou da integridade do Estado.

2- O Presidente da República pode solicitar ao Delegado da República que exerça a prerrogativa constante no número anterior.

3- A dissolução é precedida de consultas ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Presidente do Governo Autónomo e aos líderes dos grupos parlamentares.



4- O ato de dissolução só é valido se for desde de logo marcada a data das eleições, as quais não se podem realizar mais de sessenta dias após aquele.

230

Secção 2

Comissão Permanente

Artigo 26.º

(Definição e Composição)

1- A comissão permanente assegura as funções da Assembleia Legislativa quando esta não esteja em funcionamento efetivo.

2- A comissão permanente é composta pelo Presidente da Assembleia Legislativa e pelos líderes dos grupos parlamentares.

Secção 3

Deputados

Artigo 27.º

(Imunidades e Direitos)

1- Os deputados não respondem em juízo ou fora dele pelos votos e opiniões emitidos no exercício de funções.

2- Os deputados só podem ser ouvidos em juízo depois de aprovado por maioria absoluta o levantamento da imunidade parlamentar, salvo se esse levantamento for requerido pelo próprio.

3- Os deputados não podem ser detidos sem autorização da Assembleia Legislativa ou da sua Comissão Permanente, salvo quando exista flagrante delito e ao crime corresponda pena superior a três anos de prisão.

4- Se existir procedimento criminal definitivo contra um deputado, a Assembleia Legislativa ou a sua Comissão Permanente decidirão:

a) Se este deve ser suspenso para ser de imediato julgado; ou

b) Se este apenas será julgado no fim do mandato.

5- As votações referidas nos números anteriores são efetuadas por voto secreto.

6- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os deputados da Assembleia Legislativa gozam dos direitos e regalias inerentes aos Deputados da Assembleia Nacional.

231



Artigo 28.º

(Poderes dos Deputados)

Os poderes dos deputados são os constantes no Regimento da Assembleia Legislativa e no presente Estatuto.

Artigo 29.º

(Suspensão e Perda de Mandato)

Os deputados podem solicitar ao presidente da Assembleia Legislativa a suspensão do mandato por motivo relevante, por períodos não inferiores a um mês nem superiores a seis meses.

Secção 4

Competências

Artigo 30.º

(Competência Legislativa)

1- A Assembleia Legislativa tem competência para legislar sobre todas as matérias, salvo as reservadas aos órgãos de soberania e ao Governo Autónomo, nos termos da Constituição e do presente Estatuto.

2- A Assembleia Legislativa não tem competência legislativa nas seguintes matérias:

- a) Defesa;
- b) Relações internacionais;
- c) Organização judicial;
- d) Definição dos crimes, penas, medidas de segurança e respetivo processo;
- e) Sistema monetário e padrão de pesos e medidas.

3- Para além dos casos especialmente previstos neste Estatuto, a Assembleia Legislativa tem reserva absoluta de competência legislativa nas seguintes matérias:

- a) Aprovação do Orçamento Regional;
- b) Organização do processo eleitoral para os órgãos de governo próprio;
- c) Regime da administração regional, incluindo as forças de segurança;
- d) Regime das infrações contraordenacionais e disciplinares;
- e) Ordenamento do território e extração dos recursos naturais;
- f) Criação, extinção e modificação de entidades administrativas independentes;
- g) Criação, extinção e modificação de autarquias locais e respetivo regime;



h) Relações com as organizações não-governamentais, incluindo entidades religiosas;
i) Regime de organização e funcionamento do Gabinete de Representação Permanente;

j) Definição dos currículos escolares,

4- Sem prejuízo no disposto nº 2, a Assembleia Legislativa pode solicitar aos órgãos de soberania que tenham em conta as especificidades de Cabinda na aprovação e execução da legislação nacional.

Artigo 31.º

(Competência Fiscalizadora)

A assembleia Legislativa tem competência para apreciar os atos do Governo Autónomo e da Administração regional.

Capítulo 3

Governo Autónomo

Artigo 32.º

Definição

O Governo Autónomo exerce o poder executivo e é o órgão superior da administração regional.

Artigo 33.º

(Composição)

1- O Governo Autónomo é composto pelo Presidente do Governo Autónomo, pelos Secretários e subsecretários.

2- O número de Secretário não pode ser inferior a dois nem superior a oito.

3- O número de subsecretários não pode ser superior a quinze.

4- É da exclusiva competência do Governo Autónomo a sua organização e funcionamento.

233

Artigo 34.º

(Conselho de Governo)

1- O Conselho de Governo é formado pelo Presidente do Governo Autónomo e pelos Secretários.

2- Nas suas ausências ou impedimentos, o Presidente do Governo Autónomo é substituído pelo Secretário que designar, ou na sua falta, pelo Secretário mais antigo.



3- Nas suas ausências ou impedimentos, os Secretários podem delegar nos subsecretários a participação no Conselho de Governo, não se aplicando neste caso o disposto no número anterior.

4- Os Subsecretários podem ser convocados para participar no Conselho de Governo, sem direito o voto.

Secção 1

Início de Funções

Artigo 35.º

(Nomeação e Tomada de Posse)

1- O Governo Autónomo é nomeado pelo Delegado da República, tendo em conta os resultados das eleições para a Assembleia Legislativa e ouvidas as representações parlamentares.

2- O Governo Autónomo toma posse perante o Delegado da República, nos vinte dias subsequente à cessação de funções do governo anterior.

Secção 2

Responsabilidade

Artigo 36.º

(Responsabilidade Política)

O Governo Autónomo é responsável perante a Assembleia Legislativa. 234

Secção 3

Competências

Artigo 37º

(Representação)

Compete ao Governo Autónomo representar Cabinda.

Artigo 38.º

(Competência Normativa)

1- Compete ao Governo Autónomo:

a) Legislar em matérias que não sejam da competência exclusiva dos órgãos de soberania ou da Assembleia Legislativa;

b) Apresentar à Assembleia Legislativa a proposta de Orçamento Regional;



- c) Regular a legislação nacional, desde que tal não seja da exclusiva competência dos órgãos de soberania;
- d) Regular a legislação regional;
- e) Exercer as demais funções que lhe são atribuídas pelo presente Estatuto e pela lei.

Artigo 39.º

(Competência Administrativa)

Compete ao Governo Autónomo:

- a) Executar o Orçamento Regional;
- b) Dirigir a Administração regional;
- c) Tutelar a administração local.

235

Secção 4

Cessação de Funções

Artigo 40.º

(Exoneração)

1- O Delegado da República pode exonerar o Governo Autónomo, ouvido o Presidente da Assembleia Legislativa e as representações parlamentares, desde que:

- a) Sejam praticados atos gravemente atentatórios da independência nacional ou da integridade do Estatuto;
- b) Tal se mostre adequado para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas;
- c) Seja aprovada uma moção de censura, não seja aprovada uma moção de confiança ou seja rejeitado o programa de governo;
- d) O Presidente do Governo Autónomo apresente a sua demissão.

2- O Presidente da República pode solicitar ao Delegado da República que exerça a prerrogativa constante no número anterior, com base nas alíneas a) e b).

3- Compete ao Delegado da República nomear um novo governo, nos termos do artigo 35.º ou, sempre que tal não se mostre adequado, dissolver a Assembleia Legislativa.

Artigo 41.º

(Atos de Gestão)



1- Até à tomada de posse de novo governo, os membros do Governo Autónomo mantêm-se em funções para a prática de atos estritamente necessários à gestão dos assuntos públicos.

2- É designadamente vedada a prática dos seguintes atos:

a) Nomear ou demitir funcionários ou agentes da Administração, salvo casos de absoluta necessidade;

b) Assumir encargos que aumentem a despesa ou diminuam a receita, salvo casos de absoluta necessidade;

c) Realização de actividades que ponham em causa a independência e neutralidade da Administração.

236

Secção 5

Membros do Governo Autónomo

Artigo 42.º

(Presidente do Governo Autónomo)

1- Compete ao Presidente do Governo Autónomo:

a) Dirigir o Governo Autónomo;

b) Informar a Assembleia Legislativa no âmbito da sua competência de fiscalização;

c) Prestar esclarecimentos ao Delegado da República sobre qualquer assunto, desde que por este solicitados.

2- Para efeito do disposto na alínea b) do número anterior, o Presidente do Governo Autónomo deve comparecer perante a Assembleia Legislativa pelo menos uma vez por mês durante a sessão legislativa, ou sempre que tal lhe seja solicitado.

Artigo 43.º

(Início e Cessação de Funções)

1- Os membros do Governo Autónomo tomam posse perante o Delegado da República, sob proposta vinculativa do Presidente do Governo Autónomo.

2- Os membros do Governo Autónomo são exonerados pelo Delegado da República, sob proposta vinculativa do Presidente do Governo Autónomo, o qual deve no prazo de cinco dias indicar o substituto.

3- A exoneração dos Secretários implica automaticamente a exoneração dos respetivos Subsecretários, sem prejuízo de nova tomada de posse.



Artigo 44º

(Responsabilidade Política dos Membros do Governo Autónomo)

1- Os Secretários são politicamente responsáveis perante o Presidente do Governo Autónomo.

2- Os Subsecretários são politicamente responsáveis perante o respetivo Secretário e perante o Presidente do Governo Autónomo.

237

TÍTULO 4

RELAÇÕES COM ESTADO

Capítulo 1

Relações dos Órgãos de Governo Próprio com Órgãos de Soberania

Artigo 45.º

(Iniciativa Legislativa)

A Assembleia Legislativa exerce a iniciativa legislativa perante a Assembleia Nacional.

Artigo 46.º

(Cooperação)

1- Os órgãos de soberania podem solicitar a presença de representantes dos órgãos de governo próprio, designadamente na discussão de iniciativas nos termos do artigo anterior.

2- Os órgãos de governo próprio podem requerer a presença de representantes seus junto dos órgãos de soberania quando estes discutam matérias de relevante interesse regional.

3- Compete aos órgãos de soberania decidir sobre os pedidos efetuados nos termos do número anterior.

Artigo 47.º

(Gabinete de Representação Permanente)

1- Junto dos órgãos de soberania funciona um Gabinete de Representação Permanente dos órgãos de governo próprio, ao qual compete assegurar a cooperação e comunicação eficiente entre uns e outros.

2- Compete ao Gabinete de Representação Permanente assegurar os trâmites das disposições deste título.



3- Compete igualmente ao Gabinete de Representação Permanente manter informação atualizada sobre a legislação regional aprovada ou em discussão.

238

Capítulo 2

Participação em Negociações Internacionais

Artigo 48.º

(Negociações Internacionais)

1- Os órgãos de governo próprio participam nas negociações de textos de direito internacional, através da participação dos seus membros na delegação nacional e em comissões de execução ou fiscalização.

2- Sem prejuízo do disposto no número anterior e das normas constitucionais, os textos de direito internacional que digam diretamente respeito a Cabinda ou a matérias do seu interesse específico não vigoram enquanto não forem aprovados pelo órgão de governo próprio competente em razão da matéria.

Artigo 49.º

Cooperação Regional

Os órgãos de governo próprio podem participar em representação de Cabinda em fóruns de entidades regionais.

TÍTULO 5

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Artigo 50.º

Receitas Regionais

São receitas regionais:

- a) Os impostos sobre rendimento das pessoas singulares com residência no território;
- b) Os impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas com sede no território;
- c) O produto das multas, taxas, coimas ou direitos aduaneiros, independentemente da sua designação, cobrados no território;
- d) Os juros liquidados sobre os impostos que constituam receitas próprias, na respetiva proporção;
- e) Os rendimentos do património regional e das aplicações financeiras;
- f) Outras receitas adquiridas nos termos gerais.



Artigo 51.º

(Despesas Regionais)

São despesas regionais:

- a) Os encargos decorrentes do Orçamento Regional;
- b) Os empréstimos contraídos e respetivos encargos.

Artigo 52.º

(Sistema Fiscal)

1- É proibido aos órgãos de governo próprio criar, extinguir ou modificar impostos ou aplicar derrama sobre os impostos existentes.

2- As taxas de imposto cobradas podem ser até 5% superiores ou inferiores às aplicadas na generalidade do território nacional.

Artigo 53.º

(Equilíbrio Financeiro)

1- O Orçamento regional deve assegurar que as despesas não sejam superiores às receitas ordinárias, de forma a evitar o endividamento.

2- O disposto no número anterior não obsta à inscrição plurianual de despesas de investimento.

Artigo 54.º

(Transferências Orçamentais)

Os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio acordam na forma e montantes das transferências orçamentais adequados para assegurar a coesão e solidariedade nacionais. 240

TÍTULO 6

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Capítulo 1

Revisão do Estatuto

Artigo 55.º

(Iniciativa)

A iniciativa de revisão do presente Estatuto compete aos deputados regionais.



Artigo 56.º

(Audiência Pública)

1- Iniciado o processo de revisão, podem enviar à Assembleia Legislativa propostas de alteração total ou parcial:

- a) Os órgãos de soberania ou os seus membros;
- b) O Delegado da República;
- c) O Governo Autónomo;
- d) As organizações não-governamentais.

2- A Assembleia Legislativa pode solicitar a instituições e personalidades nacionais ou estrangeiras a elaboração de propostas.

Artigo 57.º

(Projeto de Revisão)

1- O projeto de revisão aprovado pela Assembleia Legislativa é enviado à Assembleia Nacional, que o aprova ou devolve, podendo neste caso introduzir-lhe alterações.

2- O projeto devolvido é de novo discutido e aprovado pela Assembleia Legislativa, seguindo-se os trâmites do número anterior.

241

Artigo 58.º

Caducidade do processo de revisão

O processo de revisão caduca:

- a) Se terminar a legislatura da Assembleia Nacional;
- b) Se na mesma sessão legislativa da Assembleia Nacional o projeto de revisão for devolvido mais de duas vezes;
- c) Se durante a discussão do projeto de revisão na Assembleia Nacional a Assembleia Legislativa for dissolvida.

Capítulo 2

Disposições Finais

Artigo 59.º

(Sucessão)



As competências anteriormente conferidas aos órgãos provinciais consideram-se atribuídas aos órgãos de governo próprio, nos termos do presente Estatuto.

Capítulo 3

Disposições Transitórias

Artigo 60.º

(Delegado da República)

Até à realização de eleições presidenciais, compete ao Presidente da República nomear o Delegado da República, nos termos do artigo 10.º.

Artigo 61.º

(Direito Transitório) Até à regulamentação da autonomia, as normas vigentes serão interpretadas e aplicadas de acordo com o presente Estatuto, sem prejuízo dos direitos adquiridos Artigo 62.º

(Funcionalismo Público)

1- As entidades que, nos termos do presente Estatuto, não integram os serviços do Estado, passam a ser consideradas Administração regional.

2- Os funcionários, agentes e aposentados dos serviços referidos no número anterior mantêm os seus direitos e regalias, designadamente quanto a contagem de serviço.

3- Compete ao Estado transferir as verbas necessárias para a assunção de encargos de segurança social que anteriormente lhe competiam.

Artigo 63.º

(Limite Temporal de Revisão)

O processo de revisão do presente Estatuto não pode iniciar-se antes de decorridos três anos sobre a sua entrada em vigor.

Até à regulamentação da autonomia, as normas vigentes serão interpretadas e aplicadas de acordo com o presente Estatuto, sem prejuízo dos direitos adquiridos. (Mangovo, 2009).